

paraná cooperativo

Ano 8
Número 87
Outubro/2012



Entrevista:
Izabella Teixeira
Pág. 06



Produzir e preservar

Novo Código Florestal traz
avanços, mas incertezas
quanto a sua aplicação
preocupam setor produtivo

Sancionada a Lei Estadual do Cooperativismo

A infalível semente do cooperativismo

A semente que cultivamos brota em qualquer tipo de solo, desconhece imposições do clima e dá frutos o ano inteiro. E quanto mais você planta, mais ajuda recebe para a farta e justa colheita.

Comece o seu plantio e venha colher os bons frutos que o trabalho em cooperação oferece.



cocamar
COOPERANDO POR UM MUNDO MELHOR, SEMPRE!



Um marco regulatório importante

O novo Código Florestal sancionado em outubro pela presidente Dilma Rousseff traz avanços em comparação à antiga lei, que vigorava desde 1965 e era impraticável. O Brasil passou a ter um marco regulatório para a utilização adequada e sustentável do meio ambiente. Mas, ainda existem inúmeras incertezas quanto à interpretação e aplicação do novo Código. Para o setor produtivo, começa agora uma nova fase de trabalho, de estudo e acompanhamento do processo de implantação da lei. Esperamos que haja bom senso dos governos, para que eventuais divergências sejam debatidas democraticamente, com decisões construídas com diálogo e equilíbrio.

Entendemos que o novo Código não é o ideal. Algumas medidas acabaram vetadas, a exemplo do artigo que possibilitava a utilização das várzeas fora dos limites de proteção de matas ciliares. Decisão que trará problemas de interpretação da legislação, necessitando melhor esclarecimento para que não ocorram conflitos legais e prejuízos ao setor produtivo, principalmente para a rizicultura, pois 85% do arroz é produzido em áreas de várzea e poderia haver impactos na produção deste alimento básico e imprescindível à mesa da população brasileira.

Outro ponto que consideramos fundamental é o trabalho que o Governo do Estado precisa desenvolver para alinhar a legislação estadual frente às alterações da Lei Federal. O novo marco regulatório para o setor produtivo e ambiental abre a oportunidade e a necessidade de novas discussões nos estados, tanto para adequar a legislação estadual, quanto para o desafio de orientar o produtor rural so-

bre a regularização das propriedades rurais.

Apesar disso, podemos destacar avanços no novo Código, em específico na possibilidade de contabilizar as APPs (Área de Preservação Permanente) no cômputo de reserva legal (RL), a criação do conceito de área rural consolidada e as novas regras para o uso econômico da RL. As discussões em torno da lei ocorreram durante mais de uma década no Congresso, com intensa mobilização do Sistema OCB e Ocepar, com estratégias articuladas na Frencoop (Frente Parlamentar do

Cooperativismo) e em parceria com demais entidades do setor produtivo. O cooperativismo participou ativamente da construção do novo Código Florestal, mantendo sempre um posicionamento técnico, sem radicalismos. O trabalho de aplicação da legislação, se bem conduzido, trará benefícios para toda a sociedade brasileira, com produção de

alimentos e preservação ambiental. É o caminho a ser trilhado para se alcançar o desenvolvimento sustentável, como preconizamos princípios do cooperativismo.

Abre-se agora
a necessidade
de novas
discussões nos
estados



João Paulo Koslovski
Presidente do Sistema Ocepar

10

ESPECIAL

Depois da sanção, foco volta-se para a aplicação do novo Código Florestal



Foto: C.Vale

Foto: Marcia Kalume/ Agência Senado



06 ENTREVISTA

Ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, fala sobre a implantação da nova legislação ambiental

20 PARANÁ

Governador Beto Richa sanciona a lei estadual de apoio ao cooperativismo



Foto: Ricardo Rossi/Ocepar

Foto: Ricardo Rossi/Ocepar



22 COOPERATIVA DO ANO

Sistema Ocepar premia cooperativas que venceram a etapa estadual do concurso

23 INVESTIMENTOS

Nova Unidade Industrial de Aves da Cocari entra em funcionamento



Foto: Imprensa Cocari

Foto: UniodontoBrasil



24 CONVENÇÃO UNIODONTO

Sistema Uniodonto aposta na qualidade como fator de mudança



26 TRIGO

Lideranças debatem as necessidades da cadeia produtiva



28 EDUCAÇÃO

Encontro reúne profissionais ligados aos programas Cooperjovem e A União Faz a Vida

32 COMUNICAÇÃO

Profissionais de cooperativas do Paraná debatem as novas mídias sociais



33 FÓRUM COOP

Evento já tem programação definida com seminário e shows culturais



SISTEMA OCEPAR

DIRETORIA DA OCEPAR

Presidente

João Paulo Koslovski

Diretores

José Aroldo Gallassini
Jorge Karl
Manfred Alfonso Dasenbrock
Orestes Barrozo Medeiros Pullin
Paulino Capelin Fachin
Renato José Beleze
Valter Vanzella
Alfredo Lang
Carlos Yoshio Murate
José Fernandes Jardim Júnior
Luiz Roberto Baggio
Marino Delgado
Renato João de Castro Greidanus
Ricardo Silvio Chapla

Conselho Fiscal

Titulares

Miguel Rubens Tranin
Gaspar de Geus
Paulo Henrique Cariani

Suplentes

Antônio Sérgio de Oliveira
Valdir Luiz Ferst

Superintendente

José Roberto Ricken

Superintendente Adjunto:

Nelson Costa

DIRETORIA DO SESCOOP/PR

Presidente

João Paulo Koslovski

Conselho Administrativo

Titulares

Jorge Karl
Jaime Basso
Soraya Galvão
Wilson Thiesen

Suplentes

Alvaro Jabur
Valter Vanzella
Prentice Baltazar Júnior
Renato Nóbile

Conselho Fiscal

Titulares

Luiz Humberto de Souza Daniel
Edvino Schadeck
Amilton Pires Ribas

Suplentes

Luiz Roberto Baggio
Sebaldo Waclawosky
Marcos Antonio Primão

Superintendente

José Roberto Ricken

EXPEDIENTE

Revista Paraná Cooperativo:

Assessoria de Imprensa do Sistema Ocepar/Sescoop/PR.
Editor Responsável: Samuel Zanello Milléo Filho (DRT/PR 3041) **Edição e Redação:** Ricardo Rossi, Marli Vieira e Lucia Massae Suzukawa. **Diagramação:** Israel Filipe Silva. **Fotos Capa:** Almir Trevisan/C.Vale. **Conselho Editorial:** João Paulo Koslovski, José Roberto Ricken, Nelson Costa, Flávio Turra, Gerson Lauermann, Leonardo Boesche, Samuel Zanello Milléo Filho. **CIP e impressão:** Gráfica Radial. **Redação:** Av. Cândido de Abreu, 501, CEP 80530-000, Centro Cívico, Curitiba - Paraná. **Telefone:** (41) 3200-1100 / (41) 3200-1109.

Endereço Eletrônico: jornalismo@sistemaocepar.coop.br
Página na Internet: www.paranacooperativo.coop.br
As matérias desta publicação podem ser reproduzidas, desde que citada a fonte.

Izabella Teixeira **Ministra do Meio Ambiente**

O desafio é implementar a lei

Por: Samuel Z. Milléo Filho e Marli Vieira | Fotos: Márcia Kalume/ Agência Senado

“

Ninguém deseja matar sua galinha dos ovos de ouro. A terra é isso para o agricultor. Juntar produção e meio ambiente é pensar no futuro

”

A definição do novo Código Florestal fez surgir um grande ponto de interrogação no setor produtivo do Brasil. A pergunta que todos fazem é: como colocar em prática a nova lei? Em entrevista à revista Paraná Cooperativo, a ministra do Meio Ambiente, Izabella Teixeira, disse que, para que as pessoas entendam o que deve ser feito, o governo vai regulamentar matéria. “Isso quer dizer que para cada item onde for necessário esclarecimento haverá um decreto, ou uma portaria, explicando tudo direitinho. É assim com toda nova lei”, afirmou.

Paraná Cooperativo - Qual sua opinião sobre o novo Código Florestal e os vetos da presidente Dilma Rousseff?

Izabella Teixeira - A reforma do Código tramitou no Congresso por mais de 13 anos, tempo suficiente para que se amadurecesse uma proposta capaz de compatibilizar produção e preservação do meio ambiente. Agora é virar a página e buscar a melhor maneira de aplicar a nova lei. O resultado é uma legislação exequível e equilibrada. Veja que apenas os setores mais radicais do movimento ambientalista e do ruralista criticaram a lei aprovada ou os vetos da presidenta Dilma. A manifestação contrária é própria do processo democrático. Aliás,

todos os setores, inclusive esses, participaram do debate, deram sua contribuição.

Paraná Cooperativo - Quais foram os principais avanços do novo Código frente ao anterior, que era de 1965?

Izabella Teixeira - Na verdade, o Código foi feito para uma realidade totalmente diferente. Da forma como estava, trazia muita insegurança jurídica. Agora o produtor sabe exatamente onde está pisando. Há regras permanentes e regras específicas para recuperação de áreas desmatadas. Todas as propriedades que desmataram irregularmente em reserva legal ou em áreas de preservação permanente terão que recompor a vegetação. Com isso, ganha a produção e o meio ambiente. A lei definiu de forma bem clara o que deve ser preservado, o que pode ser utilizado e o que pode ser explorado com restrições. A nova lei tem como objetivo tornar a pequena produção, a agricultura familiar e o agronegócio mais sustentáveis. Para isso, os pequenos vão contar com o apoio financeiro e técnico do governo.

Paraná Cooperativo - Como o governo irá trabalhar as questões e dúvidas que surgirem no momento em que a legislação for aplicada?

“Agora é virar a página e buscar a melhor maneira de aplicar a nova lei”

Izabella Teixeira - O primeiro passo está dado. Agora, para que as pessoas entendam o que deve ser feito, o governo vai regulamentar. Isso quer dizer que para cada item onde for necessário esclarecimento haverá um decreto, ou uma portaria, explicando tudo direitinho. É assim com toda nova lei. Nesse caso, o processo já começou, com a edição de um decreto criando o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Regularização Ambiental (PRA). Com o primeiro, o governo vai conhecer a situação ambiental real do campo. Somente os cadastrados com alguma pendência ambiental vão entrar no programa e obter apoio do governo para recuperarem as matas que foram cortadas antes de 2008.

Paraná Cooperativo - Com a sanção de uma nova lei é importante que haja um processo de educação aos produtores quanto à regularização de suas propriedades. Como o governo vai atuar para informar e conscientizar os produtores?

Izabella Teixeira - Esse processo já começou com a criação do CAR nacional e do PRA, que vai estar na internet com todas as informações necessárias para facilitar a vida do produtor. Não vai ter muita burocracia, nem muito documento a apresentar. É como imposto de renda: a pessoa é quem declara o que usou da terra, o que foi desmatado

e diz quais os limites da propriedade. Tem imagens de satélites que são usadas para confirmar os dados fornecidos.

Paraná Cooperativo - Qual é a sua visão sobre este momento, em que sustentabilidade se tornou a palavra chave para o equilíbrio entre o meio ambiente e a produção?

Izabella Teixeira - Creio que a maioria das pessoas esteja informada sobre a necessidade de preservação dos nossos recursos naturais. Ninguém deseja matar sua galinha dos ovos de ouro. A terra é isso para o agricultor. Juntar produção e meio ambiente é pensar no futuro. Hoje em dia tem muita técnica nova para cuidar da terra. O Brasil é campeão em tecnologia para o campo. A Embrapa já provou isso. Só para o agricultor saber: estamos falando de plantio direto, sistemas agrosilvopastoris, agrofloresta, recuperação de áreas degradadas. Dá para plantar e preservar a terra, o verde e o rio. O agricultor garante o pão de cada dia e por muitos anos, utilizando a terra da forma adequada.

Paraná Cooperativo - O que é preciso para que o Brasil, além de uma potência agropecuária, se torne também uma potência em biodiversidade?

Izabella Teixeira - O Brasil é reconhecido mundialmente como potência em biodiversidade. Nas reuniões da Organização das Nações Unidas a gente vê isso. Foi graças a esse reconhecimento que realizamos aqui a mais importante conferência sobre desenvolvimento sustentável desse século, a Rio +20. As ideias que foram discutidas lá vão servir para que a gente desenvolva boas políticas de produção, com preservação e inclusão.

Paraná Cooperativo - Até que ponto o sistema cooperativista brasileiro contribuiu para as discussões do Novo Código?

Izabella Teixeira - O processo de elaboração da nova lei contou com várias audiências públicas no Congresso e foram acatadas várias contribuições. A contribuição da Ocepar, nesse sentido, foi recebida pelas Comissões do Congresso e teve um papel importante nas decisões que foram tomadas. O siste-



ma cooperativo, no mundo inteiro, é uma forma bem prática e racional de gestão da pequena produção e isso foi respeitado na elaboração da lei.

Paraná Cooperativo - Como o governo analisa o pagamento por serviços ambientais? Será um instrumento importante para estimular práticas de preservação do meio ambiente?

Izabella Teixeira - Em 2009, o então presidente Lula enviou ao Congresso o projeto de lei de pagamento por serviços ambientais. Ele reflete a experiência que o Brasil e alguns outros países têm sobre o assunto. Enquanto aguardamos a sua apreciação, há vários projetos em andamento que não dependem da lei. Essas iniciativas estão salvando nascentes, despoluindo rios, aumentando a oferta de água potável em vários estados e ajudando populações carentes a gerar

renda para o seu sustento. O maior deles, o Bolsa Verde, que de alguma forma deve ser entendido como pagamento por serviços ambientais, já beneficia mais de 30 mil famílias de extrativistas e agricultores de assentamentos ambientalmente diferenciados do Incra.

Paraná Cooperativo - Qual sua avaliação sobre o trabalho do Ministério do Meio Ambiente, quais os principais desafios e oportunidades para a gestão dos recursos naturais do país?

Izabella Teixeira - O mundo inteiro está preocupado com a questão ambiental. Não é mais um assunto exclusivo dos ecologistas. De donas de casa a grandes empresárias, todos sentem a necessidade de mudanças. O Ministério é o catalizador dessa visão de desenvolvimento com preservação e inclusão. Pensamos políticas para atender

essas demandas da sociedade. Os desafios são imensos, pois exigem a participação de todos. Um exemplo é a criação pelo governo, por meio de lei, da Política Nacional de Resíduos Sólidos. Ela vai acabar com os lixões e criar condições para melhorar a reciclagem, ampliar a logística reversa, para que os fabricantes recebam de volta os produtos após perderem a utilidade e deem a eles uma destinação adequada. Avançamos com a Política Nacional sobre Mudanças do Clima. É esse o papel do governo, mas nada disso produz seu efeito prático se o cidadão deixar de fazer a sua parte. Separar o lixo, mudar padrões de consumo, evitar desperdício é essencial. Para isso, fazemos campanhas o ano inteiro mostrando para as pessoas como adotar práticas sustentáveis de consumo e as empresas na produção. 🍌

“A contribuição da Ocepar foi recebida pelas Comissões do Congresso e teve um papel importante nas decisões”



**SABE QUAL É
A NOSSA RECEITA?
DEIXAR TUDO MUITO
MAIS GOSTOSO.**

Margarinas Coamo.
Muito mais gostosas, muito mais
cremosas, vão bem em todos os
pratos e em todas as receitas.
É a festa do sabor, na sua vida.

ALIMENTOS
Coamo
A festa do sabor



País tem agora um marco regulatório que, se bem conduzido, pode trazer benefícios para toda a sociedade

Foto: Assessoria Coamo

Produzir e preservar

Texto:
Ricardo Rossi e Marli Vieira

Novo Código Florestal traz avanços em comparação à antiga lei, mas incertezas quanto a sua implementação preocupam setor cooperativista

Após 13 anos de discussões no Congresso, o país finalmente tem um novo Código Florestal. No dia 18 de outubro, a presidente Dilma Rousseff sancionou a Lei nº 12.727 e também assinou o Decreto 7830/2012 que regulamenta o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa da Regularização Ambiental (PRA). Depois de intensos debates, com a presença constante de representantes da OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) e Ocepar, num trabalho de articulação técnica e política que mobilizou a bancada da Frencoop (Frente Parlamentar do Cooperativismo), o Brasil tem agora um marco regulatório para a produção agropecuária e a preservação dos recursos naturais. Embora a nova lei não seja considerada a ideal é, no entendimento de representantes do

setor produtivo, um avanço em comparação à antiga legislação. “O trabalho agora se concentrará no acompanhamento da aplicação da lei, bem como na adequação da legislação estadual. O que esperamos é que haja bom senso dos governos federal e estadual, no sentido de dialogar sobre as implicações do Código, que não podem prejudicar nossos produtores”, afirma o presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski. “Temos um marco regulatório, o que é importante, mas estamos cientes de que a aprovação e sanção do Código Florestal representa o ponto de partida para um novo trabalho que poderá trazer, se bem executado, benefícios a toda sociedade brasileira, garantindo produção de alimentos e preservação ambiental”, explica.



De acordo com Koslovski, a participação do setor cooperativista foi fundamental para garantir avanços na nova lei e evitar retrocessos, apesar dos duros embates ideológicos que caracterizaram a tramitação do projeto no Congresso. “A Ocepar e a OCB tiveram uma presença contínua nos debates e negociações políticas, atuando para que os interesses dos cooperados e cooperativas tivessem voz no Parlamento, buscando sempre um embasamento técnico, sem radicalismos”, enfatiza.

Na opinião do presidente da OCB, Márcio Lopes de Freitas, a nova lei atende aos desafios da produção sustentável, trazendo mais segurança aos produtores. “A sanção do novo Código Florestal é, com certeza, um marco legal para o país. Foi um passo determinante na busca do desenvolvimento sustentável e um progresso em comparação aos normativos aplicados anteriormente”, afirma.

Freitas ressalta pontos que ratificam o posicionamento dos co-

operativistas sobre a matéria. E cita como exemplo a criação do conceito de área rural consolidada e a sua regularização, previstas no novo Código. “Antes, essas atividades eram consideradas ilegais. Agora, será garantida a continuidade da produção, de acordo, é claro, com as novas regras estabelecidas”, analisa. A existência de mecanismos que simplificam o cumprimento da Reserva Legal (RL) também está entre os principais avanços. “Todas as Áreas de Preservação Permanente (APPs) poderão ser consideradas no cálculo da composição da RL”, ressalta.

A previsão de instrumentos econômicos para estimular e financiar o cumprimento de obrigações ambientais foi outro ponto visto pelas cooperativas como uma conquista importante. “De acordo com a legislação anterior, essa era uma obrigação apenas do proprietário rural. Mesmo ainda dependendo de regulamentação, o novo Código prevê outros instrumentos e fontes de recursos para viabilizar esse processo. Nada mais justo, já que os benefícios serão sentidos por toda a sociedade”, conclui Freitas.

Batalha política – As discussões em torno do novo Código Florestal se iniciaram no Congresso em 1999, com projeto de lei de autoria do então deputado Sérgio Carvalho (RO). Mas, foi a partir de 2009 que os debates se acirraram e ganharam um novo rumo. O setor cooperativista uniu-se para a construção de uma nova lei. “Em 2009, o projeto passou a ser discutido numa Comissão Especial da Câmara, que tinha como presidente e relator, respectivamente, os deputados Moacir Micheletto (PR) e Aldo Rebelo (SP). Foi um momento marcante no processo de negociações, com a participação de toda a sociedade nas discussões”, lembra o advogado Leonardo Papp, consultor ambiental do Sistema OCB. “No Congresso, até então, questões ambientais em geral eram debatidas por ambientalistas. Na-

quele momento (2009) rompe-se com esse entendimento e o setor produtivo passa a ter uma presença ativa nas negociações”, observa. A Comissão Especial realizou mais de 50 reuniões e audiências públicas, visitando 21 municípios em 16 estados. O parecer do relator foi aprovado no dia 06 de julho de 2010, um avanço importante para o andamento das votações. Mas muitas outras batalhas aconteceriam (veja linha do tempo), com mudanças constantes no projeto. “Enquanto os parlamentares debatiam em busca de um entendimento, os técnicos da OCB, Ocepar e demais representantes do setor produtivo eram acionados constantemente. Nosso trabalho seguia o andamento das negociações, alterando a redação de artigos do projeto de lei. Num desses embates, chegamos a redigir 46 versões para um artigo, até que os deputados e senadores chegassem a um consenso”, relata Papp.

Comissão – O deputado federal Reinhold Stephanes entende ser fundamental manter um acompanhamento dos efeitos das regras do novo Código e sugere a criação de uma comissão permanente, que “acompanharia a implantação da legislação e analisaria os custos dessas medidas para o produtor”. Ex-ministro da Agricultura, Stephanes teve papel importante nas negociações para mudanças no Código, atuando para que as discussões fossem técnicas, sem radicalismos ideológicos, e considerassem a realidade social, econômica e ambiental do país.

Dos nove pontos vetados pela presidente Dilma Rousseff à Medida Provisória 571/12 que altera o Novo Código Florestal, dois são considerados mais preocupantes para o deputado federal. O primeiro é referente ao artigo 4º que não considerava Área de Preservação Permanente (APP) a várzea fora dos limites pré-estabelecidos. Com o veto, a questão fica sem regulamentação legal definida, dei-

xando margem para vários tipos de interpretação. "Isso abre um vácuo jurídico grave, uma vez que o produtor não terá certeza se pode ou não plantar nas áreas de várzea", afirma o deputado. O segundo ponto está relacionado às médias propriedades. O texto aprovado pelo Congresso Nacional incluía emenda apresentada por Stephanese previa que em propriedades de quatro a dez módulos, o limitador para recomposição seria de até 25% do total da área. Com o veto, o deputado entende que propriedades com cinco a oito módulos, ou seja, médias

propriedades terão sua capacidade de produção extremamente prejudicada.

Estratégia - Agora, os técnicos do sistema cooperativista se concentram em aprofundar os estudos sobre o novo Código. "Faremos um acompanhamento criterioso da aplicação da lei e já iniciamos um trabalho de comunicação e difusão de informações a todos os técnicos de cooperativas, para que os cooperados obtenham todos os esclarecimentos e orientações sobre a implantação da nova legislação", afirma Silvio

Krinski, assessor de meio ambiente da Ocepar.

A aprovação da Medida Provisória e do Decreto de regulamentação colocam um ponto final no grande projeto do novo Código Florestal, estabelecendo um novo marco regulatório para o setor produtivo e ambiental. "Haverá a necessidade de novas discussões nos estados, tanto para o alinhamento da legislação estadual com a federal, quanto para o desafio da educação e de orientação do produtor rural sobre a regularização das propriedades rurais", conclui Koslovski.

CRONOLOGIA

> Projeto de Lei 1876, de autoria do deputado Sérgio Carvalho (RO) inicia tramitação no Câmara

> O relator Aldo Rebelo apresenta seu parecer no dia 8 de junho. Texto é aprovado na Comissão Especial em 06 de julho. Presidiu a Comissão o deputado Moacir Micheletto (à direita)



Foto: Arquivo Ocepar

> Instalada a Comissão Especial do Código Florestal, como ficou conhecida, para deliberar sobre o Projeto de Lei 1.876/1999. Foram eleitos os integrantes da Frencoop, deputado Moacir Micheletto (PR) e Aldo Rebelo (SP) como presidente e relator, respectivamente



Foto: Ricardo Rossi/Ocepar

Foto: Diogenes Santos/Ag. Câmara

> Com as modificações realizadas pelo Senado, a matéria voltou para a análise dos deputados, que poderiam aprovar ou rejeitar as alterações propostas pela Casa Revisora. Após novas negociações com o governo, o projeto foi aprovado no dia 25 de abril e enviado à sanção presidencial

> No dia 25 de maio, a presidente Dilma Roussef sanciona a Lei 12.651 que institui o novo Código Florestal. Doze dispositivos são vetados e Medida Provisória é editada para promover 32 mudanças, sendo 14 modificações para recuperar o texto do Senado, 13 ajustes ou alterações de conteúdo e 5 novos itens são criados pelo governo



Foto: Wilson Dias/Ag. Brasil

> O texto com vetos e a MP retornam ao Congresso. Deputados propõem centenas de emendas à MP. A matéria é aprovada na Câmara Federal no dia 18 de setembro. No Senado Federal texto não é modificado, sendo aprovado no dia 25 de setembro

> No dia 18 de outubro, a presidente Dilma Roussef sanciona o novo Código Florestal, com nove vetos ao texto do Congresso Nacional



> O parecer é aprovado no plenário da Câmara dos Deputados no dia 25 de maio. Parlamentares incluem a emenda 164, que assegura o uso das APPs em áreas consolidadas

> O projeto chega ao Senado Federal no dia 1º de junho, sendo despachado para cinco comissões. São realizadas audiências públicas em busca de consenso. No dia 06 de dezembro, o projeto é aprovado em plenário com alterações ao texto da Câmara



Novo Código Florestal foi tema de debates durante a Reunião de Diretoria da Ocepar

Foto: Ricardo Rossi/Ocepar

Texto traz avanços, avaliam dirigentes

A criação de um marco regulatório é um dos principais pontos destacados pelos dirigentes das cooperativas do Paraná para o texto do novo Código Florestal sancionado pela presidente Dilma Rousseff. Segundo o presidente da Cooperativa C. Vale, Alfredo Lang, o texto final com os vetos não é o ideal, mas, pelo menos, define as regras ambientais com maior clareza.

“Seria melhor que tivesse permanecido a exigência de recomposição de 15 e não de 20 metros para médias propriedades. Não foi assim, paciência. O ponto positivo é que agora a legislação está mais definida e o produtor não fica naquela incerteza e com medo de ser multado”, disse.

Opinião semelhante tem o presidente da Cooperativa Bom Jesus, Luiz Roberto Baggio. “Não estão contemplados todos os pontos que queríamos, mas estabeleceu-se um marco regulatório. Portanto, exer-

go como um avanço do ponto de vista de que daqui pra frente podemos trabalhar sem a instabilidade jurídica que tínhamos até agora”, frisa. Na sua avaliação, resolveu-se em grande parte, questões importantes como a Reserva Legal e as áreas de preservação permanente, mas outras questões, a exemplo das áreas de várzeas e o CAR (Cadastro Ambiental Rural) ainda requerem alguma regulamentação.

O presidente da Cooperativa Integrada, Carlos Murate, reforça o coro de que o texto sancionado “não foi aquilo que todo mundo queria”, porém, entende que a nova lei atendeu, principalmente, aos pequenos produtores, o que é um fator positivo ao Paraná, que é um estado formado por uma grande parcela de pequenos produtores. “Sendo assim, não foi tão mal como se imaginava que poderia ser. Dentro do jogo de interesses do Con-

gresso e governo, chegou-se até onde foi possível”, comenta.

“Acompanho as discussões em torno da nova lei desde o início. Em alguns momentos achávamos que o texto iria inviabilizar totalmente a agricultura, em especial, no Paraná. Mas da forma como foi aprovado no Congresso, ficou bom para a nossa região”, declara o presidente da Cooperativa Coasul, Paulino Capelin Fachin. Segundo ele, os vetos da presidência dificultaram um pouco, mas não vão abalar a produção estadual, nem ao menos inviabilizar os produtores. “Só esperamos que o produtor não tenha custos muito altos para se enquadrar na nova lei, por exemplo, com registros e medições. Também temos expectativas em relação a aplicação da lei em âmbito estadual, pois sabemos da falta de infraestrutura dos órgãos ambientais, caso as exigências sejam muito grandes”, finalizou.

Novo Código Florestal Brasileiro

As novas regras do Código Florestal Brasileiro estão definidas e em vigor. A atual legislação federal sobre o assunto é constituída pela Lei 12.651/12, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, a Lei 12.727/12, que altera a lei anterior (12.651/12) via Medida Provisória e o Decreto Federal 7.830/12, que regulamenta o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o seu sistema de ge-

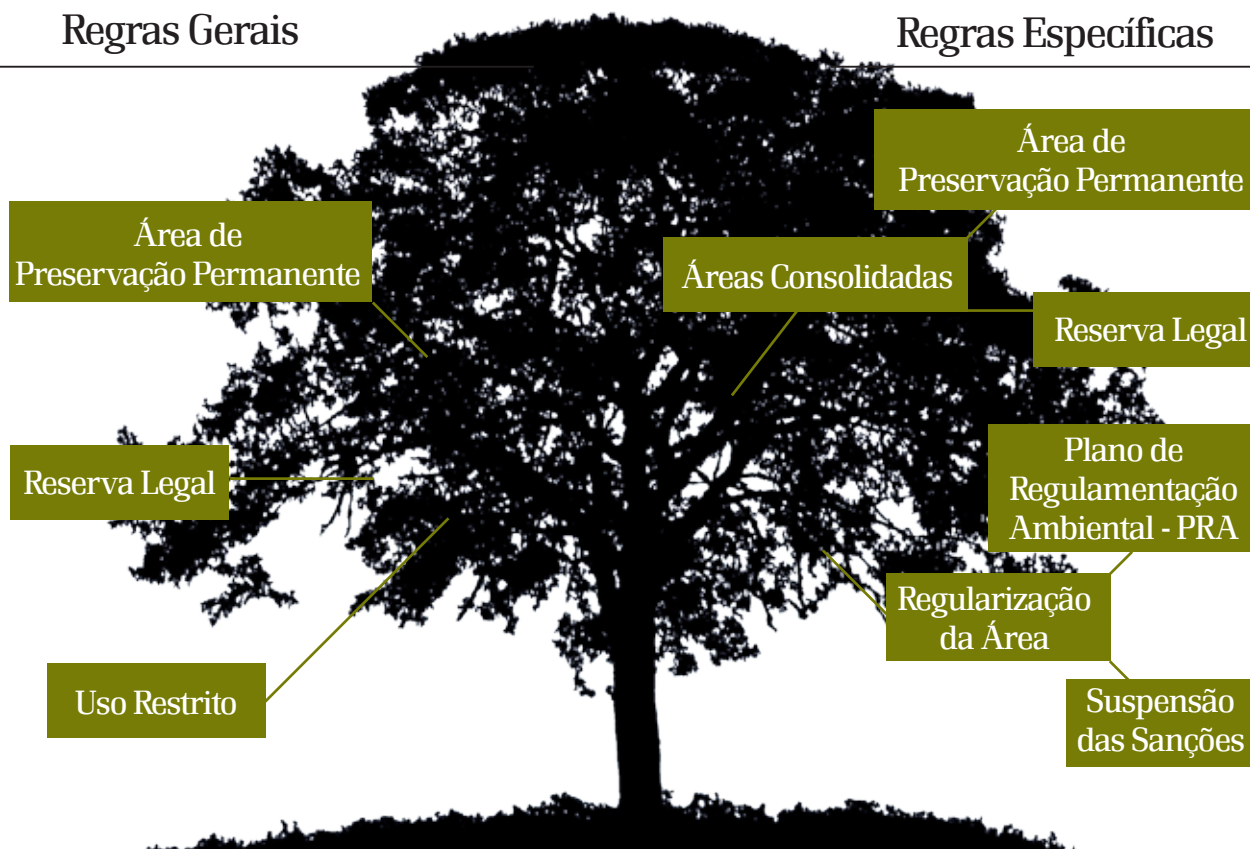
renciamento, bem com estabelece normas de caráter geral ao Programa de Regularização Ambiental (PRA).

O objetivo desta análise é relatar de forma resumida os principais pontos da nova legislação, esclarecendo o assunto e preparando os técnicos para a orientação dos cooperados no seu dia-a-dia.

Como o foco deste material é a adequação da propriedade rural e para um melhor entendimento da desta lei, vamos dividir os dispositivos que tratam da Área de Preservação Permanente e da Reserva Legal em regras gerais e específicas. O documento também tratará da regularização ambiental da propriedade, dos instrumentos para a conservação e a agricultura familiar.

Regras Gerais

Regras Específicas



1. REGRAS GERAIS

No Código florestal as regras gerais, que tratam das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, são aquelas que se aplicam hoje e enquanto a lei estiver em vigor, principalmente para a abertura de novas áreas.

1.1. ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE (APP)

a. Área de Preservação Permanente (art. 3º, II);

São áreas protegidas, cobertas ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica e a biodiversidade, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas;

b. APP em curso de água (art. 4º, I);

As Áreas de Preservação Permanente em curso de água, perene e intermitente, permanecem com as mesmas dimensões e a contagem passa a ser feita da calha regular do leito do rio. Para os rios efêmeros não haverá necessidade de preservação da faixa marginal.

As dimensões das APPs nos cursos d'água natural, perene e intermitente são as seguintes:

- 30m para os cursos d'água de menos de 10m de largura;
- 50m para os cursos d'água que tenham de 10m a 50m de largura;
- 100m para os cursos d'água que tenham de 50m a 200m de largura;
- 200m para os cursos d'água que tenham de 200m a 600m de largura;
- 500m para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 metros;

c. APP em lagos e lagoas (art. 4º, II e III e §§ 1º e 4º);

Nos lagos e lagoas naturais é exigida uma faixa com largura mínima de 50m de APP para lagos com até 20 ha e de 100m para os lagos maiores. Nas áreas urbanas, a largura mínima será de 30m.

Nos lagos e lagoas artificiais, decorrentes de barramento ou represamento, a faixa será definida na licença ambiental do empreendimento. Não será exigido a Área de Preservação Permanente no entorno de reservatórios artificiais de água que não decorram de barramento ou represamento.

Ficam dispensados da faixa de proteção o entorno das acumulações, naturais ou artificiais, com superfície inferior de 01 ha, sendo vedada a nova supressão de vegetação nativa.

d. APP em nascentes (art. 4º, IV);

As Áreas de Preservação Permanente no entorno das nascentes e dos olhos de água perenes, qualquer que seja a sua situação topográfica, no raio mínimo de 50 metros.

e. APP em declive (art. 4º, V, VIII, IX e X);

São consideradas como Área de Preservação Permanente as encostas com declividade superior a 45º, as bordas de tabuleiros ou chapadas, os topos de morros e as áreas de altitude superiores a 1.800m.

f. Proteção das Áreas de Preservação Permanente (art. 7º);

São previstos, de forma clara e objetiva, dispositivos quanto à obrigação da proteção da Área de Preservação Permanente. Devendo o proprietário ou possuidor da área

manter a vegetação, promover a recomposição da vegetação, ressaltados os usos autorizados, além de que, o dever previsto neste artigo é transmitido ao sucessor no caso de transferência de domínio ou posse do imóvel rural.

No caso de supressão não autorizada, posterior a 22 de julho de 2008, é vedada a concessão de novas autorizações de supressão, enquanto não recomposta a Área de Preservação Permanente.

g. Intervenção das Áreas de Preservação Permanente (art. 8º e 9º);

É permitido o acesso pessoas e animais nas APPs para obtenção de água e para realização de atividades de baixo impacto ambiental. Outras intervenções serão permitidas somente em caso de utilidade pública e interesse social.

A lei define quais atividades são consideradas de utilidade pública, interesse social e de baixo impacto (art. 3º, VIII, IX e X);

1.2. ÁREAS DE USO RESTRITO

a. Áreas com inclinação entre 25º e 45º (art. 11º);

Nestas áreas será permitido o manejo florestal, o exercício de atividades agrossilvipastoris, bem como a manutenção da infraestrutura associada às atividades, sendo vedada a conversão de novas áreas.

1.3. ÁREAS DE RESERVA LEGAL

a. Área de Reserva Legal (art. 3º, III);

Área localizada no interior de uma propriedade, com a função de assegurar o uso econômico de modo sustentável dos recursos naturais, auxiliar na conservação dos processos ecológicos e promover a biodiversidade, bem como o abrigo e a proteção da flora e fauna nativa.

b. Delimitação da Reserva Legal (art. 12);

Os percentuais de cobertura vegetal nativa, a título de Reserva Legal, devem observar os limites de 80% de florestas, 35% de cerrado e 20% de campos nas áreas localizadas na Amazônia Legal e 20% nas demais regiões do País.

c. Localização da Reserva Legal no imóvel (art. 14);

O órgão ambiental deverá aprovar a localização da área de Reserva Legal do imóvel, após a inclusão do imóvel no Cadastro Ambiental Rural. A localização deverá considerar o plano de bacia hidrográfica, o Zoneamento Ecológico Econômico, a formação dos corredores ecológicos, áreas de relevância a conservação da biodiversidade e a fragilidade ambiental.

d. Cômputo da Área de Preservação na Reserva Legal (art. 15);

Permite computar a Área de Preservação Permanente no cálculo da Reserva Legal, desde que não implique na conversão de novas áreas para uso alternativo do solo. A área a ser computada deverá estar conservada ou em processo de recuperação e o imóvel deverá ter requerido inclusão no Cadastro Ambiental Rural.

A área excedente, após o benefício deste artigo, não poderá ser desmatada, podendo o proprietário somente constituir servidão ambiental, cota de reserva ambiental e outros instrumentos similares

previsto nesta lei. Com exceção de imóveis localizados na Amazônia Legal, que poderão realizar a conversão, desde que não ultrapasse o limite de 80% da área.

e. Reserva Legal em Condomínio ou Coletiva (art. 16);

A Reserva Legal poderá ser realizada fora da propriedade, podendo ser feito em regime de condomínio ou na forma coletiva entre proprietários rurais.

f. Averbação da Reserva Legal (art. 18);

O produtor rural fica obrigado de realizar a averbação da Reserva

Legal no cartório de imóveis, devendo apenas realizar o registro da propriedade no Cadastro Ambiental Rural.

g. Utilização da Reserva Legal (art. 17, 20 e 21);

A Reserva Legal poderá ser explorada economicamente mediante manejo sustentável da área florestal. O produtor poderá realizar a livre coleta de produtos florestais não madeiráveis (frutos, cipós, folhas e sementes).

As áreas de Reserva Legal desmatadas irregularmente após 22 de julho de 2008 deverão ter suas atividades imediatamente suspensas e deverá ser iniciado o processo de recuperação.

2. REGRAS ESPECÍFICAS

No Código Florestal as regras específicas, que tratam das Áreas de Preservação Permanente e Reserva Legal, são aquelas que regulamentam basicamente as áreas consolidadas e faz a transição entre o antigo código florestal (1965) e a nova lei (2012).

2.1. ÁREAS CONSOLIDADAS

a. Área rural consolidada (art. 3º, IV);

São as áreas de imóvel rural com ocupação preexistentes a 22 de julho de 2008, com edificações, benfeitorias ou atividades agrossilvipastoris, admitida, neste último caso, a adoção do regime de pousio.

b. Áreas Consolidadas em Área de Preservação Permanente (art. 61 - A);

É autorizada a continuidade de atividades agrossilvipastoris, de ecoturismo e de turismo rural em áreas consolidadas até 22 de julho de 2008, bem como a permanência de residências e infraestrutura

associada às atividades, desde que não estejam em área que ofereça risco à vida ou à integridade física das pessoas.

O produtor deverá informar a situação destas áreas no Cadastro Ambiental Rural para fins de monitoramento, sendo exigidas técnicas de conservação de solo e água.

A recomposição mínima exigida neste artigo poderá ser feita com os seguintes métodos:

a) Condução de regeneração natural de espécies nativas.

b) Plantio de espécies nativas.

c) Plantio de espécies nativas, com condução da regeneração natural de nativas.

d) Plantio intercalado de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo, sendo nativas e exóticas em até 50% da área (apenas para propriedades até 4 MF).

c. Áreas Consolidadas em APP nas margens dos rios (art. 61-A, §§ 1ª a 4ª e art. 61-B e art. 19 do decreto 7.830/12).

Tamanho das Propriedades	Recomposição mínima obrigatória das margens dos rios		Limite de Recuperação da APP
	Menos de 10m	Mais de 10m	
Até 1 MF	5 metros		10%
01 a 02 MF	8 metros		10%
02 a 04 MF	15 metros		20%
04 a 10 MF	20 metros	30 a 100 metros	Sem limites
Mais de 10MF	30 a 100 metros		Sem limites

d. Áreas Consolidadas em APP no entorno de nascentes (art. 61-A, § 5º);

Nos imóveis rurais que possuam áreas consolidadas em APP no entorno de nascentes e olhos d'água perenes, será obrigatória a recuperação do raio mínimo de 15 metros:

e. Áreas Consolidadas em APP no entorno de lagos e lagoas naturais (art. 61-A, §6º) – MP;

Nos imóveis rurais que possuam áreas consolidadas em APP no entorno de lagos e lagoas naturais, será obrigatória a recuperação do raio mínimo de:

a) 05m para imóveis rurais com até 01 módulo fiscal;

b) 08m para imóveis rurais entre 01 e 02 módulos fiscais;

c) 15m para imóveis rurais entre de 02 e 04 módulos fiscais;

d) 30m para imóveis rurais com mais de 04 módulos fiscais;

f. Áreas Consolidadas em APP nas áreas de declive (art. 63);

Será permitida a manutenção de atividades florestais, culturas de espécies lenhosas, perenes ou de ciclo longo, bem como a infraestrutura associada em encostas, bordas de tabuleiros, topos de morros e em áreas de altitude.

Nestas áreas, o pastoreio extensivo deverá ficar restrito às áreas de vegetação campestre natural ou já convertida, sendo vedada a conversão de novas áreas para o uso alternativo do solo.

g. Áreas Consolidadas em Reserva Legal (art. 67);

Os imóveis rurais que detinham, em 22 de julho de 2008, área de até 4 módulos fiscais e que possuam remanescentes de vegetação em percentuais inferiores ao previsto na Lei (20%, 35% e 80%, dependendo da localização do imóvel), a Reserva Legal será constituída com a vegetação existente em 22 de julho de 2008, sendo vedado o desmatamento desta vegetação para uso alternativo do solo.

2.2. REGULARIZAÇÃO DAS ÁREAS CONSOLIDADAS

a. Programa de Regularização Ambiental – PRA (art. 59);

A União, os Estados e o Distrito Federal deverão implantar o Programa de Regularização Ambiental (PRA) com o objetivo de adequar as



Foto:ArquivoOcepar



Foto:AssessoriaCoamo

áreas rurais consolidadas aos termos da Lei. As regras do PRA serão definidas em regulamento, devendo a União estabelecer normas de caráter geral e aos Estados e Distrito Federal estabelecer normas de caráter específico.

A adesão dos interessados deverá ocorrer obrigatoriamente após a inscrição no CAR e o produtor terá o prazo de 01 ano para aderir ao programa. O órgão ambiental deverá convocar o proprietário para assinar Termo de Adesão e Compromisso.

b. Suspensão das multas (art. 59, §§ 4º e 5º);

A nova legislação prevê que, entre a publicação da lei, a adesão dos interessados PRA e o cumprimento do termo de compromisso, os produtores não poderão ser autuados por infrações cometidas antes de 22 de julho de 2008, relativas à supressão irregular de vegetação em APP, RL e uso restrito.

Cumpridas as obrigações contidas no PRA, as multas serão consideradas convertidas em serviços de preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental.

c. Suspensão das multas (art. 60);

A assinatura do Termo de Adesão e Compromisso suspende a punibilidade dos seguintes crimes ambientais: destruir ou danificar floresta considerada de preservação

permanente (art. 38), cortar árvores em floresta considerada de preservação permanente, sem permissão da autoridade competente (art. 39), e impedir ou dificultar a regeneração natural de florestas e demais formas de vegetação (art. 48).

3. REGULARIZAÇÃO DAS PROPRIEDADES

a. Cadastro Ambiental Rural – CAR (art. 29);

Cria o Cadastro Ambiental Rural (CAR) com o objetivo de concentrar no próprio órgão ambiental, de maneira articulada e simplificada, todas as informações do imóvel relacionadas às obrigações ambientais. Integrando dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico, combate ao desmatamento, além de outras mais.

O produtor rural terá até 01 ano (contado da sua implantação) para fazer a inscrição de sua propriedade no CAR, devendo ser feito preferencialmente pelo órgão ambiental municipal ou estadual.

Na inscrição do CAR será exigido:

I - identificação do proprietário ou possuidor rural;

II - comprovação da propriedade ou posse;

III - identificação do imóvel por meio de planta e memorial descritivo.

b. Regularização da Reserva Legal (art. 66);

A regularização ambiental da Reserva Legal poderá ser feita por recomposição, compensação e regeneração natural da vegetação. É permitida a adoção de alternativas isoladas ou em conjunto.

c. Regularização da Reserva Legal por Recomposição (art. 66, §§ 2º, 3º e 4º);

A regularização da Reserva Legal por recomposição será permitida em até 20 anos, abrangendo, a cada 2 anos, no mínimo 1/10 da área total necessária. Bem como, permite que seja realizada com a utilização de es-

pécies exóticas em até 50% da área total a ser recuperada, em plantio combinado com espécies nativas.

d. Regularização da Reserva Legal por Compensação (art. 66, §§ 5º e 6º);

A compensação da Reserva Legal pode ser feita por meio da

aquisição de Cota de Reserva Ambiental (CRA), do arrendamento sob-regime de servidão ambiental, da doação ao Poder Público de área localizada no interior de unidade de conservação de domínio público pendente de regularização fundiária ou manutenção de outra área equivalente, localizada no mesmo bioma.

4. INSTRUMENTOS PARA A CONSERVAÇÃO

a. Programa de incentivo e apoio à conservação (art. 41);

O poder público é autorizado a instituir um programa de apoio e incentivo à conservação do meio ambiente, bem como para adoção de tecnologias e boas práticas que conciliem produtividade agropecuária e florestal, com

redução dos impactos ambientais, como forma de promoção do desenvolvimento ecologicamente sustentável, observados sempre os critérios de progressividade, abrangendo as seguintes categorias e linhas de ação:

a) Pagamento por serviços ambientais.

b) Compensação pelas medidas de conservação ambientais.

c) Incentivo para comercialização de produtos.

A APP, a RL e a área de uso restrito são elegíveis para qualquer pagamento ou incentivo por serviços ambientais.

5. AGRICULTURA FAMILIAR

a. Pequena propriedade ou posse rural familiar (art. 3º, V);

A pequena propriedade é aquela explorada mediante o trabalho pessoal do agricultor familiar e empreendedor familiar rural, incluindo os assentamentos e proje-

tos de reforma agrária, e que atenda ao disposto no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

b. Agricultura Familiar (art. 52);
As propriedades rurais enquadradas como de agricultura

familiar terão regras diferenciadas e procedimentos simplificados para intervenção em APP, inscrição no CAR e no manejo da Reserva Legal, que serão estendidos para as propriedades de até 4 módulos rurais.

6. CONSIDERAÇÃO FINAL

A finalidade deste material é servir como um guia e indicar os principais pontos aprovados no novo Código Florestal, que hoje está composto pela Lei nº 12.651/12 e a Lei 12.727/12 que a altera. Também, já está em vigor o Decreto 7.830/12, que regulamenta o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o seu sistema de gerenciamento, bem como estabelece normas de caráter geral ao Programa de Regulari-

zação Ambiental (PRA). Para o aprofundamento do assunto é essencial a leitura na íntegra da lei em vigor.

A aprovação da legislação federal coloca um ponto final no grande projeto que foi a alteração do Código Florestal, estabelecendo um novo marco regulatório para o setor produtivo e ambiental. Ao mesmo tempo, abre a oportunidade e necessidade de novas discussões nos estados, tanto para o

alinhamento da legislação Estadual com a federal, quanto para o desafio da educação e orientação do produtor rural em relação à regularização das propriedades rurais.

Sabemos que este texto, que dispõe sobre o uso das florestas nativas no Brasil, não é o ideal e quando colocado em prática, seguramente exigirá adequações em aspectos que somente serão evidenciados no dia a dia da sua implantação. 🌱



Governador Beto Richa assinou o documento no dia 25 de outubro, no Palácio Iguazu, em Curitiba

Foto:RicardoRossi/Ocepar

Sancionada a Lei de apoio ao cooperativismo

Agora, o Paraná possui uma regulamentação para as ações voltadas ao estímulo e desenvolvimento das cooperativas

Texto: Lucia Massae Suzukawa e Ricardo Rossi

O governador Beto Richa sancionou, no dia 25 de outubro, a lei estadual que complementa a já existente legislação de apoio ao cooperativismo. Participaram da solenidade, no Palácio Iguazu, em Curitiba, o presidente do Sistema Ocepar, João Paulo Koslovski, o secretário de Agricultura e Abastecimento, Norberto Ortigara, o deputado estadual Pedro Lupion e o presidente da Codapar, Silvestre Tino Staniszewski. Segundo Richa, as cooperativas têm contribuído “de forma decisiva para o desenvolvimento do Paraná, gerando 1,5 milhão de postos de trabalho no estado”. “O governo está atento às demandas do setor. Atuamos como parceiro e facilitador do cooperativismo”, afirmou.

“No ano em que a ONU reconhece as cooperativas como construtoras de um mundo melhor, a sanção da lei (de apoio ao cooperativismo) é

um reconhecimento da importância do setor para o desenvolvimento do Paraná”, disse Koslovski. “A lei possibilitará uma série de estímulos como fomento e inserção de pequenas cooperativas a crédito mais facilitado. A legislação será um instrumento importante que vai não só estimular a organização de novas cooperativas, mas também apoiar àquelas que já estão atuando, promovendo o desenvolvimento do estado”, afirmou. “Outro ponto fundamental diz respeito à educação, com a possibilidade que a lei traz de que haja a implantação da matéria cooperativismo nas escolas, levando a filosofia da cooperação e solidariedade para crianças e jovens”, disse. “Entendemos que o Paraná precisaria ter, mesmo que transversalmente, o cooperativismo nas escolas, principalmente no interior do estado”, concluiu.

O secretário de Agricultura e Abastecimento, Norberto Ortigara, disse que a relevância do cooperativismo no Paraná é indiscutível, tanto na área econômica quanto na social. “Temos uma economia calçada no cooperativismo. Nosso estado, assim, reconhece as particularidades funcionais das cooperativas e estabelece mecanismos de desenvolvimento aplicáveis ao cooperativismo, especialmente às cooperativas educacionais e de crédito”, afirmou.

O deputado estadual Pedro Lupion, autor do projeto de lei original junto com o deputado estadual Ney Leprevost, ficou satisfeito com a conquista legislativa. “Temos orgulho do setor produtivo paranaense e as cooperativas se inserem nesse contexto. É uma vitória de todos os cooperativistas do Paraná”, comemorou o parlamentar.

Principais pontos da legislação

Por meio da Lei nº 17.345, assinada dia 25 de outubro pelo governador, foram incluídos novos dispositivos à Lei nº 17.142, que estabelece a Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo, sancionada no dia 4 de maio de 2012. Como o projeto original vindo da Assembleia Legislativa continha inconstitucionalidades (vícios de iniciativa), foram vetados cinco artigos da proposta, exigindo que o texto fosse reformulado pelo Legislativo. “Agora, temos no Paraná, de fato, uma legislação que vai regular a política de apoio ao cooperativismo”, afirmou o coordenador jurídico da Ocepar, Paulo Roberto Stöberl.

A Política Estadual de Apoio ao Cooperativismo contempla o

apoio técnico, financeiro e operacional do poder público ao cooperativismo e tem ainda como um de seus objetivos, estimular a forma cooperativa de organização social, econômica e cultural nos diversos ramos de atuação. Visa estimular o cooperativismo na rede estadual de ensino e propiciar maior capacitação daqueles que pretendem se associar ou já são vinculados às cooperativas. Prevê ainda que o Estado deva estabelecer tratamento tributário adequado ao ato cooperativo (que é aquele praticado entre a cooperativa e seus associados e entre os associados e a cooperativa, com vistas ao atendimento de suas finalidades econômicas e sociais) e que as cooperativas

legalmente constituídas poderão participar de licitações promovidas pelo Governo do Paraná.

A nova lei também estabelece que os órgãos estaduais poderão firmar convênios ou contratos com cooperativas de crédito para o recolhimento de tributos, pagamentos de vencimentos, soldos e outros proventos aos servidores públicos civis e militares, ativos e inativos, e pensionistas da administração direta e indireta. 🙌

Saiba Mais...

www.paranacooperativo.coop.br
> Cooperativismo >
> Interpretações da Legislação

Bom Jesus



COOPERATIVA AGROINDUSTRIAL BOM JESUS

COOPERATIVA
BOM JESUS



CULTIVANDO UNIÃO
E DESENVOLVIMENTO

Mais de oito mil mãos transformando união em desenvolvimento

As melhores do Paraná

Ocepar premia as vencedoras da etapa estadual

Texto: Marli Vieira



Foto: Ricardo Rossi/Ocepar

Premiados na etapa estadual junto ao superintendente da OCB e ao presidente do Sistema Ocepar (ao centro)

As cooperativas Coagru, Coamo, Cocamar, C.Vale, Lar e Unimed Curitiba venceram a etapa estadual da oitava edição do Prêmio Cooperativa do Ano. A premiação das melhores do Paraná aconteceu no dia 9 de novembro, durante o Fórum dos Presidentes das Cooperativas Agropecuárias e de Crédito, evento realizado na sede do Sistema Ocepar, em Curitiba, com a presença do superintendente da OCB, Renato Nobile.

Além da entrega dos troféus para as cooperativas paranaenses que conquistaram os primeiros lugares nas sete categorias do concurso, também foi entregue o selo "Referência Estadual" para os 20 projetos estaduais que se destacaram em âmbito nacional, por terem conquistado mais de 60 pontos na avaliação da comissão julgadora, fato que, segundo a OCB, atesta a qualidade dos trabalhos apresentados. Receberam o selo as seguintes cooperativas: Sicoob Metropolitano; Sicredi Nossa Terra, Sicoob Noroies-

te do Paraná; Sicredi Vale do Piquiri (conquistou o selo com dois projetos); Cocamar (3 projetos); Cocari (2 projetos); Copagril (3 projetos); C.Vale; Central Sicredi; Cooperativa Agropecuária Tradição; Coamo; Unimed Cascavel; Sicredi União e Lar.

Nesta edição do Prêmio Cooperativa do Ano, 18 cooperativas paranaenses inscreveram 35 projetos. Em todo o Brasil, foram inscritos 212 projetos, de 138 cooperativas, espalhadas por 20 estados brasileiros. Os vencedores do Paraná concorrem na etapa nacional com os demais projetos finalistas dos outros estados brasileiros. A premiação nacional vai acontecer em Brasília, no dia 20 de novembro. Serão premiados nessa fase os 1º, 2º e 3º

lugares de cada categoria, somando um total de 21 premiações.

O Prêmio - Promovido pela OCB em parceria com a revista Globo Rural, neste ano, o Prêmio Cooperativas do Ano teve como tema "Cooperativas constroem um mundo melhor", em alusão ao Ano Internacional das Cooperativas, declarado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Outro destaque é que esta edição apresentou algumas novidades, entre as quais, a possibilidade de premiar as cooperativas em âmbito estadual e a implantação do selo "Projeto Referência Nacional". Além disso, pela primeira vez, a premiação foi dividida por categorias. Qualquer cooperativa, não importa o ramo ou o porte, teve a oportunidade de inscrever um projeto em cada uma delas: Desenvolvimento Sustentável; Cooperativa Cidadã; Comunicação e Difusão do Cooperativismo; Fidelização; Benefícios; Atendimento; e Inovação e Tecnologia. (Com informações OCB) 🍀

Cooperativa	Projeto	Categoria
Cocamar	Integração Lavoura, Pecuária e Floresta	Atendimento
Coagru	Cooperidoso - Programa de Promoção do Idoso Rural	Benefício
C.Vale	Programa Cooperjovem	Com. e Difusão do Coop.
Unimed Curitiba	Cooperando com a Educação	Cooperativa Cidadã
Lar	Aproveitamento de resíduos de tratamento de efluentes líquidos de abatedouro de aves	Desenvolvimento Sustentável
Coamo	Programa Coamo de Integração da Família Cooperativista	Fidelização
Unimed Curitiba	Gestão Integrada de Negócio e Tecnologia da Informação	Inovação e Tecnologia

Unidade Industrial de Aves é inaugurada

Empreendimento vai gerar mil empregos diretos e o faturamento estimado é de R\$ 94 milhões somente na primeira fase

A Cocari inaugurou, no dia 15 de outubro, sua Unidade Industrial de Aves (UIA). O empreendimento, localizado em Mandaguari, município no noroeste do estado com 33 mil habitantes, tem área total construída de 32.500 m², e vai gerar, na primeira fase, cerca de mil empregos diretos e em torno de 1.500 na segunda fase. O total de empregos indiretos deve chegar a 6 mil. O faturamento projetado para a fase I é de R\$ 95 milhões, podendo chegar a R\$ 190 milhões na fase II.

Inicialmente serão alojadas 4,5 milhões de aves pelos produtores integrados à cooperativa. Na segunda fase, o número vai dobrar, atingindo 9 milhões de aves. A capacidade de abate será de até 12 mil aves por hora.

Os investimentos somam R\$ 115 milhões, dos quais R\$ 90 milhões aplicados no abatedouro e o restante na fábrica de rações de aves. Parte dos recursos foi repassada por meio do Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

“Em breve, começa o processo produtivo efetivo, o que, por ser uma planta moderna, com bastante automação, sempre demanda algum tempo. Agora, temos de fazer essa nave decolar e atingir velocidade de cruzeiro. É necessário fazer o ajuste de todo esse processo de automação para produzir em escala. E aí, sim, a unidade será um avião em pleno voo, trabalhando com tranquilidade. Esse é o grande desafio”, disse o presidente da Cocari, Vilmar

Sebold, que descerrou a placa inaugural da UIA junto com o governador Beto Richa.

“O Paraná tem crescido no setor da agroindustrialização. Registrou no ano passado a maior expansão de todo o país e ficamos felizes em ver a Cocari anunciando esse importante investimento”, disse Richa.

Segundo o presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, a UIA da Cocari vai contribuir para ampliar a presença de cooperativas no mercado de aves. “As cooperativas têm uma participação nesse mercado de cerca de 38%. Agora, nós acreditamos que vamos superar os 40%, o que é muito bom, porque isso vai possibilitar que possamos melhorar a qualidade de preço aos nossos agricultores e defender os interesses desses pequenos produtores, que sempre são o motivo principal do trabalho do cooperativismo”, salientou.

“Essa inauguração mostra uma aposta correta que a diretoria e os cooperados da Cocari fizeram na profissionalização e na boa qualidade da gestão”, enfatizou o presidente da OCB, Márcio de Lopes Freitas, também presente à solenidade.

Medida inteligente - Na avaliação do secretário da Agricultura, Norberto Ortigara, trata-se de um investimento importante para a cooperativa e para seus associados. “Eu acho que faltava uma ação dessa natureza. A avicultura tem capacidade de agregar valores, de modificar o quadro de quem produz e também da cooperativa. Embora estejamos inaugurando essa obra em plena crise da avicultura, é uma medida inteligente. Momentos como esse são importantes para as empresas definirem seus investimentos e suas posições no mercado”, concluiu. 🌱

Foto: Assessoria Cocari



Cerca de duas mil pessoas participaram do evento, que reuniu autoridades e lideranças



Cooperados, dirigentes e convidados participaram dos debates

Foto:UniodontoBrasil

Qualidade como fator de mudança

Assunto foi tema da 22ª Convenção Nacional do Sistema Uniodonto realizada em Foz do Iguaçu, de 10 a 13 de outubro

Cerca de 300 pessoas entre cooperados, dirigentes e convidados participaram, entre os dias 10 e 13 de outubro, da 22ª Convenção Nacional do Sistema Uniodonto, em Foz do Iguaçu. O evento marcou o aniversário de 40 anos de atuação do Sistema no Brasil e teve como tema “Qualidade como fator de mudança”. Na avaliação do presidente da entidade, José Alves de Souza, o assunto reflete o empenho do setor em aperfeiçoar cada vez mais os serviços prestados à sociedade. “Nossa responsabilidade é impulsionar o Sistema Uniodonto para mais 40 anos de sucesso, reestruturando nossos modelos de assistência, de gestão e de remuneração”, disse Alves. A Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop) e as organizações estaduais de São Paulo e do Paraná (Sistemas Ocesp e Ocepar) foram patrocinadoras do evento e

também montaram um estande em conjunto na Convenção.

O presidente do Sistema Ocesp, Eivaldo Del Grande, citou algumas ações já em andamento visando à melhoria da qualidade no cooperativismo de saúde. Dentre elas, uma missão internacional à Europa, patrocinada pelo SESCOOP, para intercâmbio de experiências de sucesso em modelos de atenção à saúde primária. O dirigente também ressaltou o Acordo de Cooperação que será firmado em breve entre a OCB e a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). “Essas e outras ações são extremamente relevantes para alavancar o setor”, resumiu.

Mudança de cultura - O navegador e explorador Amyr Klink foi um dos destaques da convenção. No segundo dia do evento, ele falou sobre temas como superação de desafios e melhoria de processos. O palestrante – que se declarou um admirador do funcionamento do

cooperativismo – despertou no público o sentimento de necessidade de mudanças, conforme destacou o diretor do Sistema OCB e presidente do Sistema OCB-AM, Petrucio Magalhães: “muitas vezes, a inovação está nas coisas simples. E como frisou Amyr Klink, todo empreendimento de sucesso requer decisões corajosas. É necessário que nossa visão esteja além dos resultados, experimentando o prazer em trabalhar para que as mudanças ocorram”.

O diretor da OCB e presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, concordou e ressaltou ainda que é necessário repensar os rumos do cooperativismo de saúde. “O custo para tratamento da saúde no Brasil é muito caro, devido à inovação tecnológica e aos equipamentos necessários. A melhor maneira de combater essa realidade é investindo na prevenção dos segurados. E isso tem que ser feito de maneira sis-

têmica. Esse tem que ser o nosso grande foco”, pontuou.

Irno Pretto, vice-presidente do Sistema Ocergs e odontólogo de formação, enfatizou que a principal mudança necessária à saúde bucal brasileira é a cultural. Para ele, o investimento em educação é fundamental para que o cidadão brasileiro tenha qualidade de vida. “Nós

temos um viés cultural que caminha na contramão da prevenção. Com raras exceções, o brasileiro tem consolidado em si a “não-necessidade” de um dentista. Mudar esse pensamento depende da transformação da educação”, concluiu.

“A convenção promoveu uma reflexão prática sobre as alterações necessárias para que o Sistema Unio-

donto mantenha sua eficiência econômica, com eficácia social, nutrindo a sua competitividade enquanto prestador de serviços odontológicos. Tudo isso, trazendo sempre melhores condições de rentabilidade aos seus cooperados e o consequente fortalecimento de suas cooperativas”, afirmou o superintendente da OCB, Renato Nobile. 🍌

Eduardo de Andrade, uma perda

A morte do presidente da Uniodonto Paraná e da Uniodonto Maringá, Eduardo Guimarães Junqueira de Andrade, ocorrida no dia 14 de outubro, um dia após o encerramento da Convenção Nacional do Sistema Uniodonto, surpreendeu o setor cooperativista. Eduardo havia

participado do evento e faleceu aos 55 anos, vítima de infarto. Ele deixou esposa e dois filhos. Andrade foi um dos fundadores da Uniodonto Maringá, em 1996. Ele acreditava na força do Sistema e enfatizava a necessidade de coesão e união entre as cooperativas.



Quer saber por que a Integrada é +?

Na agricultura, ter um parceiro comercial forte é fundamental para o sucesso da nossa atividade. Quem é cooperado da Integrada, além de contar com diversos benefícios, tem a vantagem de trabalhar com a cooperativa que mais cresce no Paraná. Na Integrada, trabalhamos para você crescer!

INTEGRADA É +

Confiança, Agilidade no Recebimento, Família, Serviço e Tecnologia, Meio ambiente e Retorno Financeiro para você.



Colocando na ponta do lápis todos os benefícios, você vai ver que trabalhar com a Integrada é certeza de bom negócio.

- + Retorno de ICMS
- + Devolução de sobras
- + Devolução de capital social
- + Plano de saúde para família
- + Descontos em facultades
- + Ganho por saca de soja: até R\$ 3,00*



PACOTE DE BENEFÍCIOS INTEGRADA



Visite uma de nossas unidades e saiba mais.

Integrada. Trabalhando para você crescer.

Matriz: Rua São Jerônimo, 200 Londrina- Paraná
Fone: 43 3294-7000 - www.integrada.coop.br



Necessidades da cadeia do trigo

Participantes de evento, realizado pela primeira vez no Paraná, elaboraram um documento solicitando ao Mapa medidas de apoio à triticultura

Foto: Imprensa Agrária



Chefe geral da Embrapa Trigo, Sérgio Dotto, ressaltou a importância de ações conjuntas para superação dos problemas com o trigo

Lideranças da cadeia produtiva do trigo dos três estados do Sul do país se encontraram, no dia 16 de outubro, em Entre Rios, distrito de Guarapuava (PR), no Fórum Nacional do Trigo, realizado em parceria pela Embrapa Trigo, Cooperativa Agrária e Sistema Ocepar.

Pela primeira vez o evento foi promovido fora do Rio Grande do Sul. Em sua sétima edição, o Fórum debateu o tema “Oportunidades para o trigo brasileiro” e encerrou com o registro das necessidades apontadas pelos diferentes elos da triticultura. O documento foi entregue ao representante do Ministério da Agricultura (Mapa), João Salomão, na cerimônia de abertura do Winter Show, no dia 17 de outubro, também em Guarapuava.

O chefe geral da Embrapa Trigo, Sérgio Dotto, destacou a im-

portância da integração dos estados produtores na realização do VII Fórum, que reuniu mais de 300 participantes, como pesquisadores, produtores, cooperativas, moageiros, analistas de mercado, representantes políticos do executivo e legislativo estadual e federal. “Um evento deste nível alcança maior importância porque mostra a organização da cadeia do trigo. Os problemas gerais da triticultura são comuns aos três estados produtores (PR, SC e RS) e só terão chance de serem minimizados quando atacados de forma conjunta”, avalia Dotto.

Para o presidente da Agrária, Jorge Karl, o VII Fórum representou um denominador comum para o cereal brasileiro: “precisamos do trigo por várias razões, como questões agrônômicas, para a indústria, geração de empregos e geração de

impostos. Por isso, a importância de um evento para reunir os representantes da cadeia produtiva aqui em Guarapuava”.

Demandas – Entre os pleitos que constaram no documento final entregue ao representante do Mapa estão: mudanças na política de cabotagem (transporte marítimo na costa brasileira), facilitação da importação de insumos agrícolas, melhoria nos instrumentos de apoio governamental para reduzir preços de seguro agrícola e maior investimentos na infraestrutura de logística e armazenagem.

Outro item de discussão, registrado no documento, foi a solicitação para que o Mapa coordene o processo de equalização do ICMS nas importações e no comércio interestadual, tornando o trigo brasileiro mais competitivo em relação aos concorrentes, em especial do Mercosul. Ainda, que o Mapa assumira a coordenação de um programa de validação de cultivares de trigo, de forma a assegurar aos produtores rurais e à indústria a validade das características qualitativas informadas pelos obtentores das cultivares. (Com informações das assessorias da Agrária e Embrapa Trigo) 🌾

Saiba Mais...

O documento oficial do VII Fórum Nacional do Trigo está disponível no site da Embrapa Trigo:

http://www.cnpt.embrapa.br/eventos/2012/forum_trigo.html



Novidades em trigo, cevada e aveia, palestras com especialistas, exposição de equipamentos evidenciam a inovação e as tendências das culturas de inverno

Pesquisa e inovação

Evento aborda tecnologias da cadeia produtiva dos cereais de inverno

Texto: Marli Vieira

Um público aproximado de 2.300 pessoas, entre produtores, agrônomos, autoridades, pesquisadores e estudantes prestigiou o maior evento brasileiro voltado a cereais de inverno (cevada, trigo, triticale, aveia e canola) do país, o WinterShow 2012. O evento é realizado pela Cooperativa Agrária e aconteceu nos dias 17 e 18 de outubro, nos campos experimentais da Fapa (Fundação Agrária de Pesquisa Agropecuária), no distrito de Entre Rios, em Guarapuava (PR).

O WinterShow se destaca por abordar tecnologias da cadeia produtiva dos cereais de inverno – da pesquisa à agroindustrialização. Novidades em trigo, cevada e aveia, palestras com especialistas, exposição de equipamentos evidenciam a inovação e as tendências desse setor.

A conjuntura do trigo no Brasil deu o tom dos discursos na abertura do evento, que teve a presença do presidente da Agrária, Jorge Karl, do secretário de Agricultura do Estado do Paraná, Norberto Ortigara, e do deputado federal, Eduardo Sciarra. Ao falar sobre o “Futuro do trigo no Brasil na visão

dos moageiros”, o presidente da Abitrigo (Associação Brasileira da Indústria de Trigo), Sérgio Amaral, reforçou a importância do cereal para o Brasil e destacou o Paraná como produtor de trigo “de qualidade”. “A Agrária é um exemplo disso: produz trigos especiais para demandas específicas do setor de panificação, da indústria e esse é o caminho”, disse.

Já o presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski, abordou as questões referentes ao futuro do trigo na visão das cooperativas e salientou a necessidade de uma maior articulação entre os setores de pesquisa, produção e indústrias. Entre as suas propostas está a criação de uma Frente, em defesa da triticultura brasileira com a participação de representantes de toda a cadeia produtiva, do governo e parlamentares. “Precisamos de uma política efetiva, que permita uma estabilidade maior de preço, com o moinho se posicionando melhor na compra e uma remuneração melhor ao produtor. Cada setor teria sua contribuição e o seu retorno”, analisou.

Demandas - Um documento elaborado durante o Fórum Nacional do Trigo com as demandas da cadeia produtiva do trigo foi entregue ao Mapa (Ministério de Agricultura, Pecuária e Abastecimento) durante o WinterShow. “As propostas serão estudadas, algumas delas, como de tributação, por exemplo, cabem a outros ministérios, mas o que o Mapa certamente fará é criar esse ambiente de aproximação com os estados em favor da triticultura nacional”, destacou o coordenador geral para Pecuária e Culturas Permanentes da Secretaria de Políticas Agrícolas do Mapa, João Salomão, que recebeu o documento das mãos do presidente da Agrária, Jorge Karl. (Com informações Agrária)

Fotos: Imprensa Agrária



João Salomão (Mapa) recebe documento com propostas do setor produtivo



A cooperação que transforma

Mais de 500 profissionais participam de Encontro Interestadual dos Programas Cooperjovem e A União Faz a Vida

Texto e Fotos: Ricardo Rossi

Nos dias 25 e 26 de outubro, o Sistema Ocepar e o Sicredi Central PR/SP promoveram no Cietep, em Curitiba, a terceira edição do Encontro Interestadual PR/SP do Cooperjovem e A União Faz a Vida. O evento reuniu mais de 500 profissionais ligados aos dois programas, que são desenvolvidos em escolas municipais visando disseminar os princípios cooperativistas entre alunos do ensino fundamental. O Encontro foi aberto pelos presidentes da Ocepar, João Paulo Koslovski, e do Sicredi Central PR/SP, Manfred Dasenbrock. O vice-governador e secretário estadual da Educação, Flávio Arns, foi representado pelo coordenador de Integração de Programas e Projetos da Secretaria de Estado da Educação (SEED), Juara Regina Arthury de Almeida Ferreira. A solenidade foi ainda prestigiada pelo gerente geral da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), Maurício Alves, além de presidentes de cooperati-

vas, prefeitos e representantes de secretarias municipais de Educação.

Koslovski ressaltou uma importante conquista para o cooperativismo paranaense, que foi a sanção da Lei Cooperativista do Paraná. "Um dos artigos, aliás, o maior deles, trata exatamente da educação cooperativista. Vamos torcer para que possamos, mesmo que transversalmente, inserir o cooperativismo no currículo escolar", disse. Ele destacou o empenho dos professores que atuam nos Programas Cooperjovem e A União Faz a Vida. "Vocês estão ajudando a melhorar a sociedade brasileira. Estão construindo uma obra coletiva com essa sementinha que está sendo plantada no dia a dia dos alunos que fazem parte desse projeto. Essa sementinha jamais vai ser esquecida, porque prega a solidariedade, a cooperação e, evidentemente, esses jovens e crianças terão uma melhor formação", frisou.

Investimento – O presidente do Sicredi Central PR/SP falou sobre a importância das cooperativas investirem na educação e do objetivo de ampliar a abrangência dos programas, por meio de parcerias com a SEED. "A União Faz a Vida é o nosso principal programa de responsabilidade social e foi a opção que fizemos pela educação. Temos certeza que esse trabalho vai perdurar. Estamos preparando a nova geração, nossos representantes no futuro", frisou. Dasenbrock destacou ainda a preocupação do setor com a sustentabilidade, inclusive na organização do Encontro. Para compensar as 22 toneladas de CO₂ (Dióxido de Carbono) produzidos durante os dois dias de evento, serão plantadas 140 árvores de espécies nativas.

Revista e premiação – Na noite de 25 de outubro também foi realizado o lançamento da terceira edição da revista Vida Cooperativa, que traz exemplos de projetos bem

sucedidos desenvolvidos por meio dos dois programas. Houve ainda a premiação dos finalistas para nenses do 6º Prêmio Nacional de Redação do Programa Cooperjovem e do 5º Prêmio Nacional Professor Cooperjovem, além do reconhecimento dos prêmios do A União Faz a Vida. No dia 26, a programação prosseguiu com as palestras dos profissionais Moacir Gadotti e Fernando Sobreira.

Cooperjovem - O Programa Cooperjovem é uma proposta

educacional construída a partir dos princípios, valores e prática da cooperação. O Sescoop/PR o adotou no sentido de contribuir com a escola na preparação das crianças. O Cooperjovem é destinado a estudantes do ensino fundamental e é promovido em parceria com cooperativas e escolas. No Paraná, o programa abrange atualmente 9.274 alunos, 414 professores, de 184 escolas e participação de 14 cooperativas.

A União Faz a Vida - O Programa A União Faz a Vida foi criado pelo Sicredi com o objetivo de construir e vivenciar atitudes e valores de cooperação e cidadania por meio de práticas de educação cooperativa. Hoje, é desenvolvido nos estados do Rio Grande do Sul, Paraná e Mato Grosso do Sul. No Paraná e São Paulo, são 27 municípios participantes, abrangendo 196 escolas, 27.211 alunos e 2.054 educadores.

Finalistas ao Prêmio Nacional de Redação

Categoria 1

(alunos matriculados no 4º e 5º ano do ensino fundamental), em ordem alfabética:



> Guilherme Torres Aureliano, 4º ano, Escola Rural Municipal Maria Carolina Engel, de Terra Roxa
Professora orientadora: Matilde Pereira Aureliano
Cooperativa parceira: C.Vale

> Lorena Maria Genari, 4º ano, Escola Municipal Jesuíno Marcondes, de Palmeira
Professora orientadora: Miriam Aparecida F. dos Santos
Cooperativa parceira: Coopagrícola

> Sabrina Medeiros de Souza, 4º ano, Escola Municipal João Daniel Machado Benetti, de Astorga
Professora orientadora: Aliciane Serigioli
Cooperativa parceira: Nova Produtiva

Categoria 2

(alunos matriculados do 6º ao 9º ano do ensino fundamental):



> Isadora Poletti Santiago, 7º ano, da Cooperativa Educacional de Foz do Iguaçu
Professora orientadora: Stela Mari Nodari

> Leonardo Augusto Antunes, 7º ano, Cooperativa Educacional de Foz do Iguaçu
Professora orientadora: Stela Mari Nodari

> Vitória Luiza G. de Oliveira, 6º ano, Colégio Estadual Emílio de Menezes, de Japurá
Professora orientadora: Alzira Derroco
Cooperativa parceira: Cocamar

Na cabeça e nos corações



Em 2012, um movimento diferente pôde ser percebido na Escola Municipal Presidente Médici, localizada na pequena Entre Rios do Oeste (3.500 habitantes), no Paraná. Uma cooperativa mirim foi criada por alunos da 4ª série do ensino fundamental (com idades entre 8 e 9 anos). Viabilizado pelo Cooperjovem, e tendo como apoiadora a cooperativa Copagrill, o projeto "O Cooperativismo Mudando Vidas" foi escolhido entre os três melhores do Paraná para representar o estado no Concurso Nacional do 5º Prêmio Professor Cooperjovem.

Segundo a professora Marilei Lerner, os alunos decidiram criar a Cooperkids para comprar brinquedos novos e doá-los a crianças carentes. A adesão ao projeto foi espontânea. "Realizamos então uma assembleia e os alunos elegeram a diretoria e o conselho fiscal da cooperativa", explica a professora. E analisaram nichos de mercado que pudessem render receitas à Cooperkids. Os cooperados mirins optaram por atuar no setor de pé-de-moleque. Estipularam em 2 reais o valor mínimo para a cota capital de cada associado, em espécie ou o equivalente em açúcar, amendoim ou melado. Professores e pais prepararam os pés-de-moleque. Em seguida, a escola promoveu uma feira - em dois dias a Cooperkids vendeu todo o estoque de guloseimas.

Até então, os princípios de adesão voluntária, gestão democrática e viabilidade econômica se materializavam na prática. Faltava o desfecho, que faria a compreensão do cooperativismo acontecer na cabeça e nos corações dos jovens cooperados. "Com a receita das vendas na feira, os brinquedos novos foram adquiridos e doados às crianças carentes. Com a presença dos pais dos cooperados mirins, a Cooperkids realizou a prestação de contas do exercício. Houve sobra de recursos e os alunos decidiram dividi-los entre os associados", relata a professora. E aí, a mágica da cooperação se revelou em sua plenitude. "Os cooperados mirins receberam de volta todo o dinheiro que investiram. Quer dizer, presentearam crianças carentes e ainda recuperaram totalmente os recursos que cederam à Cooperkids. Foi uma experiência inesquecível para todos os alunos e também para nós, professores. Eles (alunos) entenderam muito bem o que é uma cooperativa", observa. E a atitude em casa e na escola se transformou. "Os pais relatam que as crianças estão mais participativas, ajudando de forma espontânea nas tarefas domésticas. O cooperativismo passou a fazer parte da vida desses meninos. Agora, quando acontece algum caso de indisciplina ou discussão entre os alunos, alguém logo diz: - Bonito, hein, cadê a cooperação?", lembra Marilei, sorrindo. 🍌

Finalistas ao Prêmio Professor Cooperjovem

Nome do Educador: Marilei Balensiefer Lerner
Escola onde atua: Escola Municipal Presidente Médici
Cooperativa parceira: Copagrill
Município: Entre Rios do Oeste

Nome do Educador: Lucimar Francisco de Souza Sonsin
Escola onde atua: Escola Municipal Nilza de Oliveira Pipino
Cooperativa parceira: Copacol
Município: Formosa do Oeste

Nome do Educador: Flávia Custodio dos Santos
Escola onde atua: Escola Municipal João Canedo da Silva
Cooperativa parceira: Cocamar
Município: Congoninhas





Antecipação de Recebíveis Sicredi.

O valor das suas vendas, quando você precisar.

Agora, você pode antecipar o valor de suas vendas nos cartões* Sicredi, Visa e MasterCard, com domicílio bancário no Sicredi, e garantir o capital de giro de seu estabelecimento. É a cooperação que o seu negócio precisa para crescer.

Consulte o seu gerente Sicredi para mais informações.

Ampliando a rede de relacionamentos

Especialista mostra aos profissionais das cooperativas do Paraná o que fazer para utilizar bem as novas mídias sociais

Texto: Lucia Massae Suzukawa

Foto: Samuel Millão/Ocepar



O professor Emerson Galliano foi um dos convidados da capacitação

Facebook, Twitter, YouTube, LinkedIn, blogs. Essas são algumas das ferramentas que possibilitam às empresas e às pessoas interagir com diferentes públicos e aumentar as suas redes de relacionamentos. De acordo com o professor do ISAE/FGV, Emerson Galliano, são opções que nasceram a partir da evolução da rede mundial de computadores.

“Hoje estamos na era do consumidor digital, que passou a se relacionar pela internet e não apenas a fazer suas compras por este meio. E ele toma a sua decisão sobre o que vai adquirir baseado em informações obtidas na rede. O conteúdo é o rei, ou seja, se transformou em algo importantíssimo. O Google mudou esse jogo”, disse ele no segundo Fórum dos Profissionais de Comunicação das Cooperativas Paranaenses de 2012. O professor in-

formou que 75 milhões de pessoas acessam a internet no Brasil.

Galliano orientou sobre como fazer um planejamento de mídia em rede social. É um trabalho que envolve a identificação do público alvo, os objetivos a serem alcançados e a escolha da ferramenta mais adequada. Ainda segundo o professor, o processo também requer a criação de regras sobre as informações que serão disponibilizadas nos diferentes meios, treinamento das equipes na empresa e implementação de uma política interna de uso das mídias sociais, entre outros itens. A utilização de indicadores de desempenho, o monitoramento e o gerenciamento das atividades também devem ser observados.

O evento foi realizado no dia 05 de novembro, no Hotel San Juan, em Curitiba, com 49 participantes de 23 cooperativas paranaenses e con-

vidados, entre os quais, a nova gerente de Comunicação do Sistema OCB, Guáira Índia Flor da Rocha. A ideia foi dar prosseguimento às discussões sobre mídias sociais, ocorridas no primeiro Fórum dos Profissionais de Comunicação do ano, realizado em maio, em Londrina. Na abertura, o superintendente da Ocepar, José Roberto Ricken, ressaltou a importância do trabalho realizado pelos profissionais da área e a oportunidade de aprofundamento sobre o tema propiciado pelo Fórum.

“Temos consciência de que a comunicação é fundamental. Precisamos ocupar um espaço maior em todos os meios de divulgação, diante da relevância do cooperativismo”, disse. “O setor é uma referência no Paraná e um dos mais organizados no Estado. Deveremos fechar o ano atingindo R\$ 35 bilhões em faturamento”, frisou.

Técnicas de voz e imagem – No evento houve ainda a participação da fonoaudióloga e especialista em voz, Cida Stier, que deu dicas sobre técnicas vocais para aprimorar a comunicação oral em público e no dia a dia. Já a personal stylist e consultora de moda formada pela London College of Fashion, de Londres, Débora Gaudêncio, focou temas voltados a melhorar a imagem pessoal e profissional.

Os participantes também discutiram a gestão dos espaços publicitários na mídia cooperativa com profissionais das empresas Agromídia Publicidade, de São Paulo, e Guerreiro Agromarketing, de Maringá. 🍌

Foto:APHC



Parque Histórico de Carambeí

Celebrar o cooperativismo

Evento, que comemora o Ano Internacional das Cooperativas, tem programação definida com seminário e shows culturais

Texto: Ricardo Rossi

O Fórum Coop 2012 já tem programação definida. O evento, que acontecerá nos dias 22, 23 e 24 de novembro em Carambeí, região dos Campos Gerais, no Paraná, tem por objetivo celebrar o Ano Internacional das Cooperativas. No programa, anunciada pelos organizadores, seminário técnico e científico e apresentações culturais. O Fórum Coop é uma iniciativa da Associação do Parque Histórico de Carambeí (APHC), em parceria com as cooperativas Batavo, Castrolanda, Capal e Sistemas OCB e Ocepar, com apoio de diversas outras entidades. "O cooperativismo no Brasil está se destacando como uma alternativa onde não é o capital que manda, mas o homem. A pessoa, na verdade, é o capital da empresa e isso tem que ser difundido cada vez mais, mostrando os excelentes resultados, como os que estamos colhendo no Paraná", afirmou Dick Carlos de Geus, presidente da APHC e da Cooperativa Paranaense de Turismo (Cooptur).

Palestras - O Parque Histórico de Carambeí será palco dos se-

minários do Fórum Coop e de uma extensa agenda turística e cultural. Na tarde do dia 22, a Ocepar realizará seu Encontro de Núcleos e, em seguida, presidentes de cooperativas do Paraná debaterão as potencialidades e realidades do setor. Participarão de painel Renato Greidanus (Batavo), Frans Borg (Castrolanda), Eric Bosch (Capal), Luiz Roberto Baggio (Bom Jesus) e Gabriel Nadal (Coopagrícola), além do presidente do Sistema OCB, Márcio Lopes de Freitas, e o presidente da Ocepar, João Paulo Koslovski. Depois, o superintendente da Ocepar, José Roberto Ricken, falará sobre o Plano de Ação da entidade para o ano de 2013. À noite ocorre a abertura oficial do Fórum Coop, com a presença do governador do Paraná, Beto Richa.

No segundo dia de evento, Antônio Ortiz, representante do Rabobank, irá palestrar sobre forças e tendências moldadas à agricultura e Marcos Jank, enviado pela Meta Agribusiness, discorrerá sobre as tendências da economia. Wayne Reeves tratará sobre a Transferência de

Tecnologia nos EUA e Cícero Bley, da Itaipu, falará sobre Bioenergia e Sustentabilidade. Para encerrar, Franke Dijkstra, pioneiro na prática do plantio direto, fará palestras sobre a colheita do trigo. O Parque será também palco de apresentações culturais, com participação de grupos folclóricos. Entre as atividades, um desfile de máquinas agrícolas, uma encenação com voluntários para contar como era a vida dos imigrantes holandeses que fundaram Carambeí e um dia de campo com colheita. 🌾

Para mais informações:

<http://forumcoop2012.com.br/>

Foto:APHC



Cooperativas ganham Fundo Garantidor

Novidade foi anunciada no dia 29 de outubro, durante o Fórum de Inclusão Financeira promovido pelo Banco Central, em Porto Alegre



Foto: Ricardo Rossi/Ocepar

Novo fundo vai fortalecer o sistema cooperativista de crédito

Uma boa notícia para as cooperativas brasileiras foi divulgada no dia 29 de outubro, durante o Fórum de Inclusão Financeira promovido pelo Banco Central (Bacen), em Porto Alegre (RS). O presidente do Bacen, Alexandre Tombini, anunciou a criação do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), cujo principal objetivo é oferecer ainda mais segurança aos associados do sistema. Os cooperados de crédito terão certeza de receber suporte financeiro público, no caso de algum problema com sua cooperativa.

O presidente da Organização das Cooperativas Brasileira (OCB), Márcio Lopes de Freitas, comemorou o lançamento do fundo. "Além de ser benéfico para o associado, que ficará mais protegido, o FGCoop vai criar um ambiente de convergência e de união de esforços. Com ele, aumentaremos ainda mais a competi-

vidade das cooperativas de crédito", elogiou.

O FGCoop terá abrangência nacional, será independente e contará com a participação de todas as cooperativas de crédito que captam depósitos, além dos bancos cooperativos. O sistema de crédito cooperativo chegou, em junho de 2012, à expressiva marca de seis milhões de associados, que possuem à sua disposição um sistema composto por cinco confederações, dois bancos cooperativos, 38 cooperativas centrais e mais de 1.200 cooperativas singulares, que disponibilizam aos usuários mais de 4.800 pontos de atendimento cooperativo.

"O volume de operações de crédito no sistema cooperativo atingiu R\$ 40 bilhões em junho de 2012, correspondendo a um incremento de 39% em relação a dezembro de 2010. Em dez anos, o volume de ope-

rações de crédito atingiu crescimento de mais de 600%", informou Tombini. "Esse incremento só foi possível em decorrência do crescimento no volume de captação de depósitos, que alcançou o montante de R\$ 46 bilhões em junho de 2012 - aumento da ordem de 53% em relação a dezembro de 2010 e de 590% nos últimos dez anos".

O presidente do Sicredi Central PR/SP, Manfred Dasenbrock, lembrou que o FGCoop é fruto de um trabalho conjunto desenvolvido entre profissionais do Bacen; técnicos e coordenadores do Conselho Consultivo de Crédito da OCB (Ceco), que é formado por representantes dos Sistemas Sicredi, Sicoob e Uniprime e da própria OCB, que também representa as cooperativas singulares.

"O grande objetivo desse fundo é fortalecer o cooperativismo de crédito, colocando-o como a única alternativa para o cidadão, no segmento financeiro, frente ao sistema bancário tradicional. Com a garantia dos depósitos igual a dos bancos, não fica nenhuma dúvida para os aplicadores e poupadores que a sua cooperativa é tão segura quanto um banco", afirmou.

Ainda de acordo com ele, o fundo vai originar vertentes prudenciais na gestão do crédito e, no futuro, servirá de objeto para o saneamento de eventuais problemas, atuando de forma preventiva, se antecedendo aos fatos mais críticos. "Portanto, teremos o ano de 2013 como marco para colocar este instrumento a funcionar", acrescentou. ☺

Sicoob sela parceria com a Fomento Paraná

Acordo possibilita a ampliação de linhas de crédito ofertadas aos cooperados

O Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) e a Fomento Paraná firmaram uma parceria pela qual as 110 agências do Sicoob espalhadas pelo Paraná atuarão como correspondentes da Fomento, oferecendo aos cooperados as linhas de crédito do Banco do Empreendedor. O Sicoob é composto de cooperativas singulares e centrais de crédito. O convênio foi assinado durante a 22.ª Conferência Anual da Fiaciap, em Foz do Iguaçu, no dia 1º de outubro.

O presidente do Conselho de Administração da Central Sicoob Paraná, Jefferson Nogaroli, classificou a assinatura do convênio entre as duas empresas como momento histórico. “O Governo do Estado está firmando uma parceria estratégica com o setor produtivo, buscando fomentar a economia, a geração do emprego e da renda. Essa também é uma demonstração do que os empresários paranaenses são capazes de fazer quando encontram no governo do estado um braço amigo”, enfatizou Nogaroli.

“Além do acordo firmado com o Sicoob em todo o estado, também firmamos um acordo de cooperação com o Sicredi União, da região de Maringá. Estamos ampliando o acesso ao crédito e otimizando os processos de financiamento e um dos fatores responsáveis pelos avanços da Fomento Paraná é uma equipe coesa que vem atendendo tanto as empresas privadas de pequeno e médio porte, quanto ofertando as linhas de crédito em condições especiais aos microempreendedores do Paraná”, destacou o diretor presidente da Fomento Paraná, Juraci Barbosa Sobrinho, durante o evento da Fiaciap.

Linhas de financiamento - A Fomento Paraná aprovou, no final de outubro, a oferta de linhas de financiamento destinadas às micro e pequenas empresas (MPEs), dos setores industrial, comercial e de prestação de serviços sediadas no Paraná, adicionando benefícios aos empresários no que visa à ampliação, modernização e

expansão da capacidade produtiva das empresas.

As micro e pequenas empresas atendidas por essa linha de crédito poderão obter financiamentos com taxas de juros a partir de 0,55% ao mês, desde que as empresas realizem o pagamento do financiamento em dia, mantenham a quantidade de empregos e que participem dos cursos de capacitação de gestão, com 24 horas/aula, no mínimo, validados pela Fomento Paraná. A novidade beneficia as MPes com faturamento anual entre R\$ 24 mil até R\$ 3,6 milhões e as empresas que tenham menos de 12 meses de faturamento contábil também poderão ser financiadas, desde que atendam critérios específicos.

Os valores máximos dos financiamentos da linha Banco do Empreendedor para microempresas são de R\$ 10.000,00 até R\$ 100.000,00 e para pequenas empresas são de R\$ 10.000,00 até R\$ 300.000,00. 🍌

Fotos: Sicoob-PR/Agência de Fomento



Jefferson Nogaroli
Presidente do Conselho de Administração do Sicoob/PR



Marino Delgado
Diretor-presidente do Sicoob/PR



Vanderlan Pedro da Silva
Diretor de negócios do Sicoob/PR



Juraci Barbosa Sobrinho
Presidente da Agência de Fomento

Uniprime expande área de atuação



Cooperativa amplia presença em estados vizinhos

Foto: Assessoria de Imprensa Sicoob

Fundado no Paraná e com presença no Mato Grosso do Sul, Sistema se prepara para abrir unidades em São Paulo, após aprovação do Banco Central

A Uniprime está começando a expandir suas atividades no Estado de São Paulo, após aprovação do Banco Central do Brasil. Atualmente, o sistema cooperativo de crédito genuinamente paranaense, fundado em 1997 e com sua Central localizada em Londrina, atende cerca de 25.000 cooperados por meio de 8 cooperativas singulares e 38 unidades de atendimento instaladas no Paraná e no Mato Grosso do Sul.

Seu foco de atuação principal é na área da saúde, atendendo médicos, odontólogos, enfermagem, fisioterapeutas, psicólogos e demais profissões, além de também atuar junto aos empresários em geral.

O Sistema Uniprime foi pioneiro entre as cooperativas de crédito de todo o Brasil ao obter do Banco Central a autorização para acesso direto ao Sistema de Pagamentos Brasileiro (SPB) e ter seu número de compensação próprio. Tal conquista deu à Uniprime maior independência estratégica, neutralizando a necessidade de vínculo a um banco comercial, o que possibilitou a redução de custos operacionais e, por conseguinte, maiores resultados distribuídos aos cooperados.

Cooperativa pura - Administrando cerca de R\$ 1,4 bilhão de seus cooperados, e sem necessidade de se tornar banco, o Sistema Uniprime defende o modelo de cooperativismo de crédito como a melhor alternativa ao sistema financeiro tradicional. Voltado aos interesses dos associados, a Uniprime trabalha para estabelecer instrumentos que possibilitem a todos o acesso ao crédito e a outros produtos financeiros de maneira rápida, simples e desburocratizada. Incentiva a cultura de poupança, seja como reserva financeira, seja para investimento futuro, através da aquisição de cotas parte do capital das singulares. Concede empréstimos a juros historicamente baixos.

Por meio de ações nas diversas comunidades onde atua, o Sistema Uniprime promove maior integração entre

os profissionais médicos, da área da saúde, e entre empresários, desenvolvendo espírito de equipe, solidariedade e ajuda mútua.

Investindo recursos de seus associados em suas próprias atividades laborais e empresariais, a cooperativa estimula o crescimento econômico e patrimonial dos cooperados. A Uniprime possui atualmente uma carteira de R\$ 500 milhões em empréstimos e financiamentos para seus associados, viabilizando aquisições de equipamentos de trabalho, veículos, aquisição e reforma de imóveis, capital de giro entre outros. 🌟

SISTEMA UNIPRIME

CENTRAL	1
SINGULARES	8
UNIDADES	38
COOPERADOS	25.000
TOTAL DE ATIVOS	R\$ 1,4 bilhões
EMPRÉSTIMOS	R\$ 500 milhões

Paraná tem novos prefeitos e vereadores

Eleitos assumem a partir de 1º de janeiro de 2013

Mais de sete milhões de paranaenses foram às urnas para eleger os prefeitos e vereadores das 399 cidades do estado. A maioria dos municípios definiu o pleito no primeiro turno, no dia 07 outubro. Apenas Curitiba, Londrina, Maringá, Ponta Grossa e Cascavel levaram a disputa pela prefeitura para o segundo turno, em 28 de outubro.

A capital paranaense ganhou destaque nacional com uma das apurações mais rápidas do país. Apenas 20 minutos após encerrada a eleição, o pedetista Gustavo Fruet estava matematicamente eleito. Segundo o Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), a apuração em Curitiba foi também a mais rápida da história do estado. Ao final da

apuração, Fruet contabilizou 60,65% dos votos válidos (597.200 mil), contra 39,35% do seu rival, Ratinho Júnior (PSC), o que representa 387.483 mil votos.

Já a cidade de Londrina, no norte do estado, vivenciou uma das eleições mais disputadas entre os municípios do Paraná. Por menos de três mil votos de diferença, Alexandre Kireeff (PSD), venceu Marcelo Belinati (PP) que liderou a disputa até a contagem de 97% das urnas. No final, Kireeff conquistou 50,53% (141.027 votos) contra 49,47% (138.049 votos) do candidato concorrente.

Em Maringá, também no norte do estado, a população decidiu pela manutenção da administração municipal e elegeu Carlos

Roberto Pupin (PP), vice-prefeito do atual prefeito Silvio Barros. Ele conquistou 53% (104.482 votos) contra 47% (92.646 votos) do adversário, o deputado estadual Ênio Verri (PT). A eleição em Maringá foi a última a ser concluída no estado em virtude de um problema em uma única urna.

Em Ponta Grossa, região dos Campos Gerais do Paraná, Marcelo Rangel (PPS) foi eleito prefeito ao vencer Pericles de Mello (PT) no segundo turno da eleição municipal. Ele assumirá o cargo pela primeira vez. Rangel recebeu 50,48% dos votos válidos (88.611 votos), enquanto Pericles recebe 49,52 % dos votos (86.929 votos).

Na cidade de Cascavel, no oeste do estado, o vencedor foi Edgar Bueno (PDT). Reeito prefeito do município, Bueno venceu Professor Lemos (PT) no segundo turno da eleição municipal e deve continuar no cargo por mais quatro anos. Bueno já havia sido o primeiro colocado no primeiro turno do pleito. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), com 100% das urnas apuradas, Bueno recebeu 55,56% dos votos, o que corresponde a 88.827 eleitores. Lemos, por sua vez, recebeu 71.035 votos, totalizando 44,44%. 🗳️

Saiba Mais...

Para saber mais informações sobre as eleições municipais, veja a página do Tribunal Superior Eleitoral - www.tse.jus.br - selecionando o município que deseja consultar.



Foto: Nelson Jr./ASCS/TSE

Apenas Curitiba, Porto Velho (Rondônia) e Jundiá, (São Paulo) adotaram o sistema de identificação biométrica nestas eleições municipais

C.Vale comemora 49 anos



Abatedouro de frango da cooperativa

Superação foi o principal atributo que fez a C.Vale, de Patolína, passar de cooperativa

regional a empresa de atuação global em 49 anos de existência, completados em 7 de novembro. Fundada em 1963, para resolver problemas de armazenagem e comercialização da produção, a cooperativa passou seis anos apenas no papel, deslanchou com a construção de unidades no Paraná nas décadas de 1970 e 1980, expandiu-se para o Mato Grosso e Santa Catarina, passou por um período de indefinições e, finalmente, ingressou na era da agroindustrialização.

Os investimentos melhoraram as condições de vida dos

associados e permitiram que muitos filhos de produtores permanecessem na propriedade. A renda extra estimulou os negócios no comércio, gerou milhares de novos empregos e melhorou a arrecadação dos municípios. "As indústrias impulsionaram o faturamento da cooperativa. Saímos de uma receita de R\$ 128 milhões em 1995 para uma expectativa de R\$ 3 bilhões agora em 2012, ou seja, 23 vezes mais", compara o presidente da cooperativa, Alfredo Lang. A C.Vale tem hoje 105 unidades de negócio, 13.723 associados e 5.300 funcionários.

Ocepar lamenta falecimento de cooperativistas

O setor cooperativista sofreu três perdas recentes. No dia 31 de outubro, faleceu o engenheiro agrônomo José Cassiano Gomes dos Reis Júnior, de 76 anos, presidente da Cocamar entre 1965 e 1971, e atual superintendente da Sociedade Rural Brasileira (SRB). Apesar do curto período em que permaneceu à frente da cooperativa, sua participação foi decisiva, ao lado do diretor Constâncio Pereira Dias, para o processo de estruturação da entidade que, fundada em 1963, dependia até então apenas do café – cultura já em declínio. Ambos decidiram apostar na diversificação dos negócios.

Cofercatu - No dia 24 de outubro, faleceu em Londrina, o presidente da Cofercatu Cooperativa Agroindustrial, José Otaviano de Oliveira Ribeiro, ocorrido no dia 24 de outubro em Londrina. Otaviano, 69 anos, foi diretor da Oce-

par, no período de 2003 a 2007, e depois de 2007 a 2011. A atualmente era diretor secretário do Sincooper Norte e também presidente da Credicatu (Cooperativa de Crédito Rural de Porecatu). Ele comandava a Cofercatu Cooperativa Agroindustrial de Porecatu (PR) desde 1975.

Cocari - Um dos fundadores e primeiro presidente da Cocari, Oripes Rodrigues Gomes, faleceu em virtude de um acidente automobilístico no dia 23 de setembro em Unai (MG). Em 1979, quando era presidente da Cocari, Oripes foi homenageado com o Troféu Ocepar, concedido pela entidade a personalidades e autoridades que se destacam pelas ações em prol do desenvolvimento das cooperativas. Foi um dos fundadores da Colari (Cooperativa de Laticínios de Mandaguari

Ltda.), do Sindicato Rural Patronal de Mandaguari (que também presidiu). Também pela sua atuação, Oripes eleito o "Cooperativista do Ano" em 1980 e depois em 1982. Ocupou também o cargo de diretor vice-presidente da Ocepar; e, no Governo Sarney, foi nomeado e exerceu o cargo de diretor de Produção do IBC. Nas comemorações dos 50 anos da Cocari, em fevereiro deste ano, Oripes foi um dos homenageados e se dizia feliz e orgulhoso com a trajetória dessa cooperativa que ele tanto amava.



José Otaviano, Cofercatu

Mudança de cargos na agricultura

A posse do novo secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa), Caio Rocha, em 17 de outubro, na capital federal, foi a última de uma série de mudanças no núcleo político do agronegócio brasileiro. Antes de Caio Rocha, o Ministro da Agricultura, Mendes Ribeiro, indicou o engenheiro agrônomo Maurício Antônio Lopes para ser o novo presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), em substituição a Pedro Arraes, que estava no cargo desde 2009.

O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Pepe Vargas, também anunciou algumas trocas de comando na pasta. Entre as nomeações está a do paranaense

Valter Bianchini para a Secretaria Nacional de Agricultura Familiar, função que ocupou durante o primeiro mandato do presidente Lula (2003/2007). “Pretendo dar continuidade ao excelente trabalho realizado na secretaria, dentro dos programas estabelecidos pelo Ministério e conhecer melhor as

demandas do setor” – disse ele, completando – “quero manter a boa parceria com o setor cooperativista paranaense, através do Sistema Ocepar e da Unicafe, pois sei da importância que este setor tem para a agricultura familiar e muita coisa poderemos realizar em conjunto”.



Foto: Ricardo Rossi/Ocepar

Valter Bianchini, secretário nacional de Agricultura Familiar

Mais sabor para o seu final de ano.

Linha festas



Paixão pra toda vida.

Fórum discute logística reversa



Foto: Ricardo Rossi/Ocepar

Cerca de 30 técnicos de cooperativas do Paraná participaram nos dias 16 e 17 de outubro, na sede do Sistema Ocepar, em Curitiba, do Fórum de Meio Ambiente. O assunto em pauta foi o Programa Estadual de Logística Reversa no Estado do Paraná, uma exigência prevista na Lei Federal nº 12.305/10, que institui a Políti-

ca Nacional de Resíduos Sólidos, e que tem gerado dúvidas no setor cooperativista. Logística reversa é o conjunto de operações relacionadas ao reuso e retorno de produtos usados, o recolhimento, desmonte e processamento desses produtos visando uma recuperação sustentável e benéfica ao meio ambiente.

Coamo entrega premiação do concurso Atlas Ambiental

Para coroar os trabalhos do Projeto Atlas Ambiental promovido pela Coamo e Basf, com a participação e apoio direto do município de Campo Mourão, foi realizado no dia 30 de outubro, a premiação do concurso cultural "Em que Campo Mourão eu quero viver". Na categoria de 6º e 7º ano, a vencedora foi Luana Andrade, do colégio Ivone Castanharo. Já na categoria de 8º e 9º ano, a vencedora foi Thais Zorawski, do colégio Antonio Teodoro de Oliveira. Elas foram escolhidas entre os 18

trabalhos finalistas dos alunos nas duas categorias que produziram ilustrações pertinentes ao tema utilizando materiais e técnicas artísticas, com total liberdade para expressão da sua criatividade.

A cidade de Campo Mourão foi escolhida para sediar de forma inédita esse projeto no Paraná. O Atlas Ambiental de Campo Mourão é um projeto gerido pela Fundação Espaço ECO com duração de dois anos que auxiliou cerca de 60 professores e mais de 6 mil alunos de 16 escolas das re-

des pública e municipal a entenderem história, geografia, ciências e temas socioambientais, levando em conta aspectos globais e regionais, que fazem parte do universo da criança.



Foto: Imprensa Coamo

Sicredi incrementa atendimento

Já está em pleno funcionamento a unidade de atendimento do Sicredi reinaugurada no muni-



Foto: Imprensa Sicredi

cípio de Paranaguá, no litoral do Paraná. Os 1.239 associados atendidos pela unidade na região têm à disposição um leque amplo de produtos e serviços, uma carteira de crédito de R\$ 7,4 milhões e um volume de recursos administrados na casa dos R\$ 6,5 milhões. "A instituição fortalece a economia local, incentiva o empreendedorismo e novos negócios", destacou o presidente da Sicredi Planalto das Arau-

cárias PR/SC, Luiz Roberto Baggio, durante a reinauguração da unidade, no dia 24 de outubro. Também participaram da cerimônia, o vice-presidente da cooperativa, Eraldo Correia do Nascimento, o gerente de projetos de desenvolvimento da cooperativa, Jeferson Coser, colaboradores, assessores e gerentes de outras unidades do Sicredi do Paraná, além de autoridades locais e associados.

Encontro reúne secretárias de cooperativas

Nos dias 18 e 19 de outubro foi realizado, no Hotel Deville, em Curitiba, o Encontro Estadual de Secretárias 2012. O superintendente do Sistema Ocepar, José Roberto Ricken, fez a abertura do evento, que reuniu cerca de 60 profissionais que atuam em cooperativas paranaenses. O Encontro teve por objetivo ampliar o conhecimento sobre comunicação, linguagem, postura e capacidade de diálogo e correlações com o cotidiano. O programa de treinamento iniciou com o professor Sócrates Vituri e o tema "Desenvolvimento pessoal com foco em autodesenvolvimento". Também foram ministradas palestras pelos professores Alexandre Baer e Nelson Spritzer, com os temas, respectivamente, "Planejamento estraté-

gico para vida e carreira" e "A estrutura do sucesso". O Encontro Estadual de Secretárias foi uma realização do SESCOOP/PR, com o apoio da Federação

Unimed Paraná. "Para 2013 existe a possibilidade de desenvolver um programa de capacitação específico para as secretárias", revelou Ricken.



Foto: Ricardo Rossi/Ocepar

Mais de 60 profissionais participaram do evento

BIBLIOTECA DO SISTEMA OCEPAR

OCEPAR : SESCOOP/PR : FECOOPAR.

A importância das cooperativas no desenvolvimento do Estado do Paraná. Curitiba, 2012.

Novo folder sobre o cooperativismo e sua importância no Estado do Paraná apresenta descrição sucinta das entidades que formam o Sistema Ocepar, principais indicadores do Brasil e do Paraná, a caracterização das cooperativas no Paraná e os principais aspectos do desenvolvimento de cada um dos ramos de cooperativas que pontificam no Estado. Com interessante arte e diagramação traz quatro tabelas: Principais indicadores do cooperativismo paranaense de 2007 a 2011; números

de cooperativas registradas na Ocepar e número de cooperados dos diversos ramos em dezembro de 2011; participação das cooperativas na produção agropecuária do Paraná; e cooperativas e agroindústria: capacidade agroindustrial instalada no Paraná e a participação das cooperativas.

O folder foi publicado em seis diferentes línguas: português, espanhol, inglês, francês, chinês e japonês, para ser distribuído em viagens e fóruns internacionais, além de servir como



material de distribuição para disseminação da importância do cooperativismo paranaense para missões nacionais e estrangeiras.

Interessados em receber número maior de exemplares entrar em contato com: sigrid.ritzmann@systemaocepar.coop.br

A Biblioteca do Sistema Ocepar está informatizada e seu acervo poderá ser consultado no site da Ocepar, (www.paranacooperativo.coop.br), no menu Biblioteca.

“Às vezes você tem que ir muito alto para ver o quanto somos pequenos”

Paraquedista austríaco, Felix Baumgartner, que entrou para a história no dia 15 de outubro ao quebrar vários recordes saltando da estratosfera a 38,6 mil metros de altura.



“Agora o produtor sabe exatamente onde está pisando”

Izabella Teixeira, ministra do Meio Ambiente, ao comentar a sanção presidencial à Lei do Código Florestal

“Vocês estão ajudando a construir uma sociedade que saberá distinguir o certo do errado. Uma sociedade que vai colocar o coração como leme de suas ações, antes da razão”

João Paulo Kolosvski, na abertura do Encontro Interestadual dos Programas Cooperjovem e A União Faz a Vida, ao destacar o empenho dos professores que atuam nos dois programas

“Nós sempre pensamos nas cooperativas do Paraná com muito respeito e consideração e queremos, dentro de um espírito de diálogo constante, chegarmos juntos a encaminhamentos que favoreçam a formação da criança e dos jovens

Flávio Arns, vice-governador e Secretário de Educação, afirmando que um dos pontos mais importantes da lei estadual de apoio do cooperativismo, sancionada recentemente, é o que possibilita que o cooperativismo seja adotado como um tema transversal na grade curricular escolar

“É preciso que haja crime de sangue para que a paz social seja abalada?”

Joaquim Barbosa, contestando a decisão de colegas que absolveram 11 réus do crime de formação de quadrilha

“Nosso movimento mostrou a sua capacidade de superar uma conjuntura adversa no cenário internacional e cresceu mais que outros setores da economia nos últimos anos.”

Márcio de Freitas, presidente da OCB, destacando o resultado obtido pelo sistema cooperativista brasileiro durante 2012

SÃO NOS SOLOS FÉRTEIS QUE AS SEMENTES DO COOPERATIVISMO CRESCEM AINDA MAIS FORTES.

A C.Vale acredita em um futuro mais solidário, mais igual e mais colaborativo. E é educando as novas gerações sobre os princípios e os benefícios do cooperativismo, que caminhamos unidos rumo a um mundo melhor para todos nós.

KADABRA



A marca da nossa terra



2012
Ano
Internacional das
Cooperativas

**FORUM
COOP
2012**

O PARANÁ MOSTRANDO O FUTURO

**22 · 23 · 24
NOVEMBRO**

CARAMBEÍ PR

EVENTO TÉCNICO

**ABERTURA SOLENE
19h 22NOV**

**ATIVIDADES E PALESTRAS
13h00 às 21h30 22NOV
08h30 às 16h00 23NOV**

PROGRAMAÇÃO CULTURAL

**NATAL NO PARQUE
20h30 23NOV**

**FESTA DA COLHEITA
09h00 às 17h30 24NOV**



LOCAL
**PARQUE HISTÓRICO
DE CARAMBEÍ**
AV. DOS PIONEIROS 4050

CONSULTE A PROGRAMAÇÃO COMPLETA WWW.FORUMCOOP2012.COM.BR

Promoção Integrada



Realização

